



Programa Paisagens
Sustentáveis da
AMAZÔNIA

Conferência Anual 2023

13 a 17 de novembro | Tarapoto, Peru

APOIADO POR



LIDERADO POR



GRUPO BANCO MUNDIAL

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 Objetivos da conferência	4
1.2 Metodologia e agenda	5
1.3 Participantes	7
1.4 Avaliação de satisfação	7
1.5 Visita de campo	8
2. ABERTURA DA CONFERÊNCIA	9
3. INTRODUÇÃO: COLABORAÇÃO NO ASL	11
4. PROJETOS NACIONAIS	14
4.1 Bolívia	14
4.2 Brasil	15
4.3 Colômbia	15
4.4 Equador	16
4.5 Guiana	17
4.6 Peru	17
4.7 Suriname	19
5. APRENDIZADOS DOS PROJETOS ASL 1	20
5.1 Painel do projetos ASL1	20
5.2 Discussão em grupo sobre as lições aprendidas	22
6. PROJETO REGIONAL ASL	27
6.1 Progresso até 2023	27
6.2 Contribuições técnicas sobre temas priorizados	29
6.2.1 Condições para a restauração	29
6.2.2 Mudança de comportamento	35
6.2.3 Economias local	37
6.3 Planejando para 2024	41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
7.1 Reflexões sobre cooperação e colaboração	46
7.2 Colaboração com iniciativas e instituições importantes além do ASL	47
7.3 ASL como plataforma de colaboração para ações ampliadas	51
8. ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA	52
ANEXOS	53



1. INTRODUÇÃO

O [Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia](#) (ASL) é uma iniciativa financiada pelo [Fundo Global para o Meio Ambiente](#) (GEF) que busca melhorar a gestão integrada da paisagem e a conservação de ecossistemas em áreas prioritárias da Amazônia na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. As agências ambientais a nível nacional de cada país lideram a implementação dos projetos nacionais do Programa, e múltiplas instituições públicas e privadas coexecutam os projetos no terreno, juntamente com a sociedade civil e organizações comunitárias. O Banco Mundial é a agência líder do Programa e, juntamente com as outras agências - o World Wildlife Fund (WWF), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) -, prestam supervisão e assistência técnica aos projetos nacionais.

O ASL inclui também um projeto regional, executado pelo Banco Mundial, que promove a coordenação e troca de experiências entre projetos nacionais e outras iniciativas regionais. Este projeto fortaleceu a rede de pessoas e instituições vinculadas ao Programa para compartilhar lições aprendidas e melhores práticas; e promover ações conjuntas de interesse regional.

A Conferência Anual é a reunião mais concorrida do Programa, no âmbito do pilar de capacitação e colaboração regional. A Sexta Conferência Anual do ASL foi realizada de 13 a 17 de novembro de 2023 em Tarapoto, Peru.

1.1. Objetivos da conferência

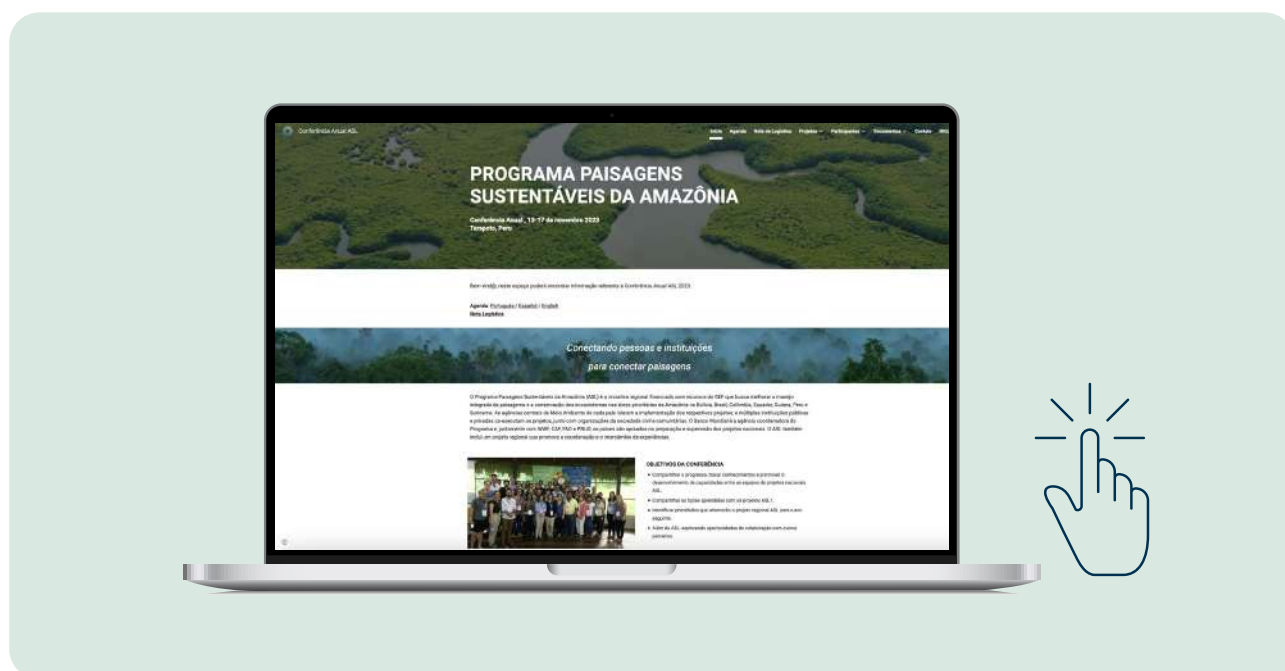
O objetivo geral da conferência foi promover a capacidade de colaboração entre projetos do ASL, e com outros parceiros, para melhorar a gestão integrada da paisagem e a conservação dos ecossistemas na Amazônia.

A conferência teve os seguintes objetivos específicos:

1. **Compartilhar progresso, trocar conhecimento e aumentar a colaboração entre equipes nacionais dos projetos do ASL.**
2. **Compartilhar lições aprendidas dos projetos ASL 1.**
3. **Identificar as prioridades que orientarão o projeto regional do ASL para o ano 2024.**
4. **Explorar oportunidades para aumentar a colaboração com outros parceiros.**

Para compartilhar informação relevante com os participantes, a equipe organizadora criou um [site](#) para a conferência.

A agenda detalhada do evento pode ser consultada no seguinte [link](#).



1.2. Metodologia e agenda

A conferência anual do ASL procurou estabelecer o diálogo entre os diferentes projetos nacionais e informar as atividades do projeto regional. **Charo Lanao** foi a facilitadora, e usou uma metodologia participativa com abordagem sistêmica, ou seja, todos os projetos puderam apresentar seu progresso para a aprendizagem coletiva. Da mesma forma, houve a oportunidade de ouvir convidados de outras instituições parceiras que apresentaram suas perspectivas em relação à Amazônia. A principal contribuição da metodologia participativa foi a co-criação, de forma que o que cada participante trouxe em termos de conhecimento e experiência, foi valorizado e, ao mesmo tempo, foram proporcionados espaços para que novas ideias fossem geradas em conjunto.



Durante os cinco dias da conferência:

- Os projetos pertencentes à **primeira (ASL 1)** e à **segunda fase (ASL 2)** do programa forneceram atualizações e compartilharam suas experiências.
- O progresso alcançado durante o ano com o **projeto ASL regional** e o planejamento conjunto das atividades do projeto regional a serem priorizadas em 2024 foram compartilhados.
- Os participantes conheceram a experiência de outros **parceiros do ASL**, especialmente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Museu Field de Chicago, a Fundação Gordon e Betty Moore, e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).
- O representante do **Programa de Impacto em Paisagens Sustentáveis do GEF para a Bacia do Congo** foi convidado a compartilhar lições de projetos ASL e dar sugestões para o trabalho na Bacia Amazônica.

Os espaços de trabalho incluíram painéis de discussão, grupos de trabalho, dinâmicas de integração e colaboração, além de uma visita de campo.

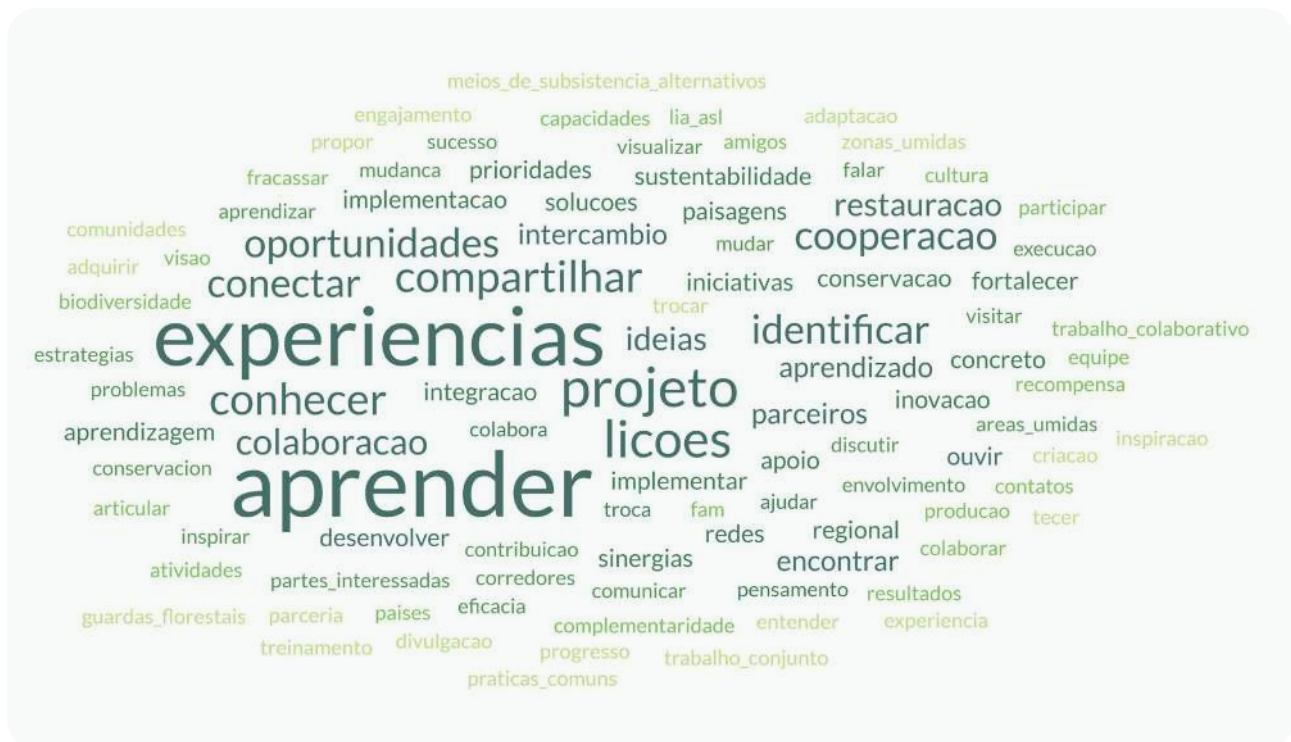
A agenda de cada dia foi estruturada com base nos seguintes temas centrais, como indica a

Figura 1. Agenda da Sexta Conferência Anual do ASL



A figura a seguir ilustra as expectativas dos participantes com relação à conferência:

Figura 2. Expectativas dos participantes da Conferência Anual

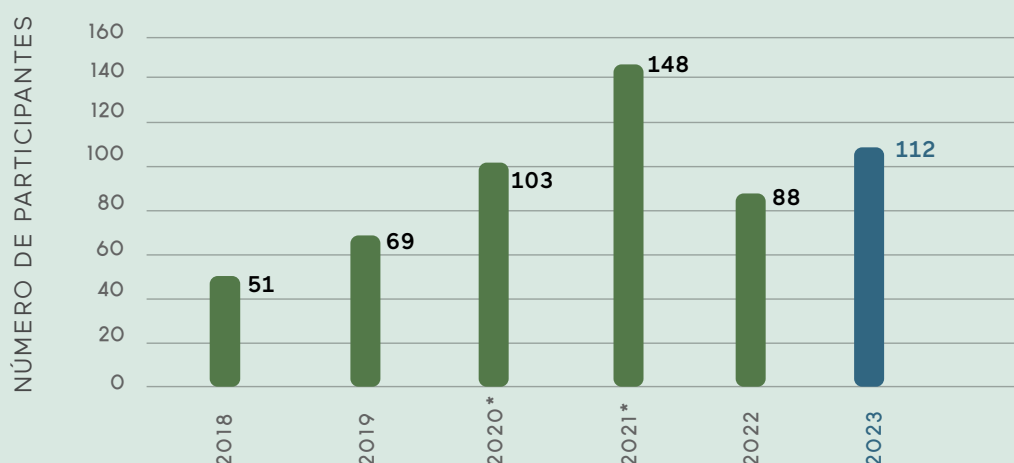


1.3. Participantes

Participaram na Conferência 112 pessoas envolvidas no ASL, incluindo representantes de alto nível de sete países amazônicos – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname –, técnicos de instituições públicas, bem como ONG parceiras, agências de execução do GEF (Banco Mundial, WWF, PNUD, CAF, FAO, ONUDI) e as equipes de projeto. Esta foi a conferência mais concorrida entre as realizadas presencialmente, conforme indicado na Figura 3.

A lista completa dos participantes pode ser consultada no seguinte [link](#) e no Anexo 1.

Figura 3. Número de participantes em cada ano da Conferência Anual do ASL

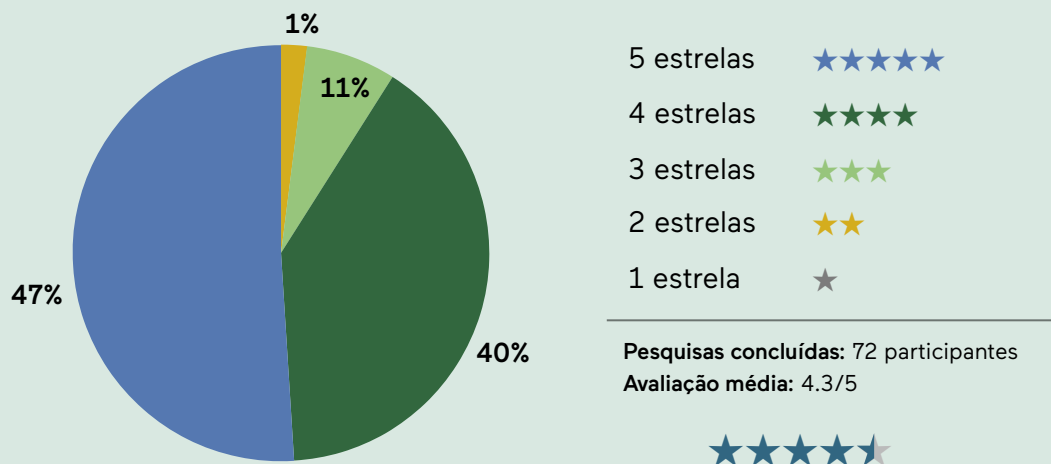


Anos com *realizaram conferências virtuais devido à pandemia de COVID-19

1.4. Avaliação de satisfação

No final da Conferência de cinco dias, os participantes preencheram uma pesquisa de satisfação do evento, segundo o qual 98,61% estavam satisfeitos ou muito satisfeitos. As respostas pormenorizadas e as recomendações para futuras reuniões constam no Anexo 2 do presente documento.

Figura 4. Avaliação geral da Conferência Anual

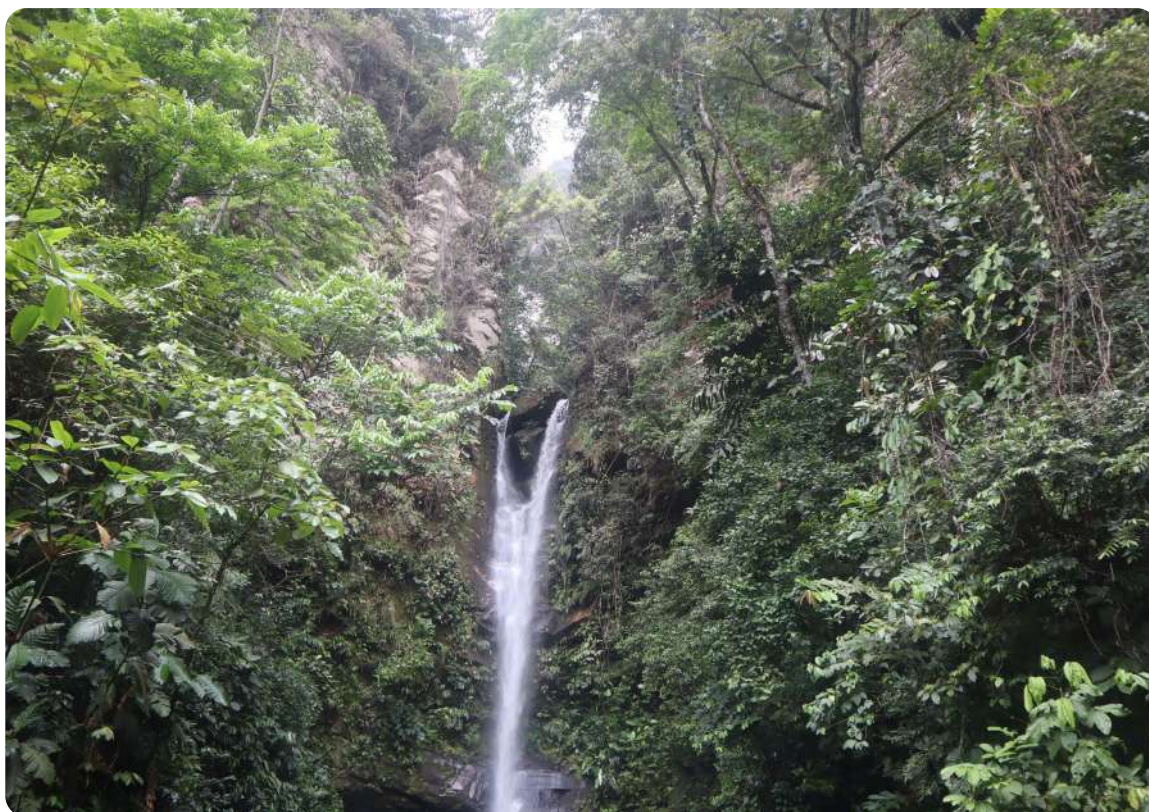


A avaliação foi classificada em 5 categorias: 5 estrelas representa a classificação mais alta; 3 estrelas representa satisfeito; 1 estrela representa classificação mais baixa.

1.5. Visita de campo

Reconectando-se com a natureza

Na quarta-feira, 15 de novembro, os participantes visitaram a Área de Conservação Regional Cordillera Escalera e o Projeto Bosque Guardián, onde conheceram o sistema agroflorestal com cacau, a meliponicultura para produção de mel de abelha e a fabricação de papel artesanal liderada por comunidades locais.





2. ABERTURA DA CONFERÊNCIA

Em nome da Ministra do Ambiente do Peru, país anfitrião, o Diretor do Planejamento Territorial e da Gestão Integrada, **Rodrigo García Sayán**, deu as boas-vindas a todos os participantes na conferência. Destacou a importância dos projetos ASL no Peru para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O país tem vários projetos ASL em curso, um dos quais está em vias de conclusão e cujos ensinamentos e resultados devem ser divulgados, bem como um projeto em preparação.

O Diretor Regional da Unidade de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e o Caribe do Banco Mundial, **Benoit Bosquet**, agradeceu especialmente ao Ministério do Ambiente do Peru (MINAM) por acolher a Conferência Anual do ASL. Ele explicou que o Banco Mundial está passando por importantes transformações. Por exemplo, a sua nova missão “um mundo sem pobreza num planeta habitável” reforçou a atenção às questões ambientais locais, nacionais e globais. Para a Amazônia, o Banco Mundial concebeu um programa que integra as múltiplas unidades da instituição e que inclui as lições do ASL. Este programa tem três eixos fundamentais: i) preservar uma Amazônia verde, protegendo habitats críticos, territórios indígenas e restaurando a conectividade ecológica; ii) promover uma Amazônia próspera onde existam oportunidades econômicas para promover meios de subsistência sustentáveis à escala; e iii) assegurar que a Amazônia verde e próspera seja habitável, com investimentos que melhorem a vida das pessoas. A Amazônia faz parte do programa prioritário global do Banco, conhecido como Florestas para o Desenvolvimento, Clima e Biodiversidade. Fazer parte deste programa permitirá à instituição canalizar mais eficazmente os seus investimentos e promover o intercâmbio entre os múltiplos biomas florestais do mundo, incluindo a Amazônia, a Bacia do Congo, a Mesoamérica e o Indomalaya. Benoit parabenizou os participantes pelas conquistas do ASL, mesmo em tempos de pandemia, e comentou que projetos como os que compõem o programa movem a região na direção certa.

Em seguida, o Especialista Sênior em Mudanças Climáticas do Secretariado do GEF, **Pascal Martinez**, indicou que considera muito importantes os intercâmbios promovidos pelo ASL. Ele destacou que o programa é uma referência para outras regiões do mundo, que estão se aproximando para aprender com a experiência do ASL. Pascal destacou que o programa ASL tem força graças à sua **continuidade, inclusão e coordenação regional**. Isto também permite uma continuação para atingir os objetivos em relação às convenções internacionais. Por estas razões, o ASL tornou-se uma ferramenta poderosa para atingir o objetivo de conservação da Amazônia.

Para concluir a abertura da conferência, **Ana María González Velosa**, Especialista Ambiental Sênior do Banco Mundial e Coordenadora do ASL, deu as boas-vindas e destacou a importância da localização da conferência na Amazônia, perto das florestas e do calor. Ela explicou que o tema central da conferência é a colaboração, considerando que esta é a essência do ASL como um programa regional. Um programa concebido em 2014, como um piloto para o GEF, e no qual os governos e agências concordaram com o trabalho e a visão conjunta. Ana María lembrou os **quatro pilares do programa**: paisagens protegidas; paisagens sob produção sustentável; políticas e incentivos para conservação e desenvolvimento sustentável; e capacitação e colaboração regional. Ela enfatizou que a complexidade da Amazônia exige soluções complexas, onde se aplica uma visão integrada que promove a colaboração. O ASL tem toda a vontade e interesse em encontrar soluções conjuntas para a Amazônia, “da mesma forma que os peixes fluem de país para país, temos de fazer com que as boas práticas fluam também entre países”.

Figura 5. Comentários de abertura da conferência sobre o trabalho da ASL





3. INTRODUÇÃO: COLABORAÇÃO NO ASL

A primeira sessão da Conferência centrou-se na colaboração interinstitucional. Foi feita uma breve contextualização da importância da cooperação e dos ensinamentos recolhidos até agora. Os representantes de várias instituições que participaram na conferência foram convidados como parceiros estratégicos. Com a sua presença, puderam conhecer os pormenores do ASL para identificar os elementos-chave para futuras colaborações.

Para iniciar a sessão, **Ana María González Velosa** ressaltou as necessidades de promover a colaboração na Amazônia, as novas oportunidades que surgiram com a Declaração de Belém e as dificuldades e desafios para alcançá-las. Destacou que a colaboração requer tempo, paciência, negociações e acompanhamento, além de boa vontade e, muitas vezes, transformações. As lições aprendidas foram compartilhadas para promover a colaboração. Graças aos esforços de colaboração, o projeto regional conseguiu publicar documentos, organizar reuniões, divulgar mensagens junto dos decisores de vários sectores e identificar sinergias com outros doadores. Neste contexto, a conferência é uma oportunidade para conhecer e desenvolver redes entre projetos nacionais e com outros parceiros. Encerrou convidando a continuar a propor ações concretas de interesse regional a realizar conjuntamente. A apresentação pode ser consultada no seguinte link [aqui](#).

A sessão foi moderada por **Genevieve Connors** (Gerente de Práticas de Meio Ambiente, Recursos Naturais e Economia Azul para a América Latina e o Caribe, Banco Mundial), que destacou a importância de dedicar tempo e energia para promover a colaboração entre instituições para alcançar objetivos comuns. O projeto regional ASL atua como integrador dos projetos e seus parceiros, buscando trazer para a mesa interesses comuns e não posições divergentes. Genevieve apresentou os convidados para a conferência, representantes de entidades que atuam na Amazônia com diferentes mandatos e escopos, mas com o interesse de fortalecer alianças com o ASL e seus projetos.





Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Carlos Salinas (Diretor Administrativo) explicou que a OTCA visa promover a cooperação, o desenvolvimento sustentável da região amazônica e o bem-estar dos seus habitantes. O objetivo é reduzir as assimetrias existentes entre os países membros e dentro deles. Mencionou as áreas de trabalho da organização (gestão do conhecimento, conservação dos recursos naturais, povos indígenas, gestão regional da saúde, questões emergentes, fortalecimento institucional, turismo e transportes) e indicou que, respeito aos recursos naturais, trabalham em diferentes temas como as florestas e as águas. Carlos referiu-se à Declaração de Belém assinada em agosto de 2023, que contém muitos compromissos assumidos pela OTCA, além do apoio ao seu fortalecimento para cumprir esses compromissos. Ele concluiu reiterando a importância da coordenação como parte essencial da prevenção do ponto de inflexão e agradeceu a oportunidade de encontrar maneiras de trabalhar juntos.



Representante das organizações indígenas

Liz Chicaje, líder indígena peruana do povo Bora, falou diretamente aos representantes da cooperação internacional, dos países e das organizações da sociedade civil, e indicou que as comunidades indígenas esperam que as organizações estejam mais unidas do que nunca para resolver o que está a acontecer nos países amazônicos. Indicou que, se não houver união de esforços, o que se espera não vai acontecer. Liz acredita que há lugares onde os governos não alcançam nem prestam atenção aos povos indígenas que cuidam ancestralmente das florestas. Ele destacou que os projetos muitas vezes não conseguem cumprir suas expectativas porque não se conectam e não alcançam as comunidades onde as informações serão enriquecidas. Liz concluiu comentando que as mulheres indígenas estão concentradas em resolver a economia familiar e a economia comunitária. As comunidades devem ser informadas de que há um benefício maior em se envolverem nos projetos.



Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Yves Lesenfants (Especialista Sênior), como parte da equipe do BID para a Amazônia, concordou com os comentários sobre a complexidade da região e a necessidade de estabelecer alianças e trabalhar de forma colaborativa. Ele enfatizou a aliança entre o BID e sua iniciativa *Amazônia Sempre* e o Banco Mundial. Destacou a coincidência entre os pilares do ASL e os eixos de trabalho do BID, como a bioeconomia. Recomendou a realização de um exercício de planificação, georreferenciação e acompanhamento entre projetos, para unificar normas e metodologias que permitam obter o melhor e maior impacto possível.



Museu Field de Chicago

Corine Vriesendorp (Diretora do Programa Andes-Amazônia) explicou que o programa do Museu Field de Chicago realizou inventários rápidos em estreita colaboração com organizações de cada país. Trata-se de uma pequena equipe de biólogos, cientistas sociais e pessoal de apoio que trabalha com parceiros para reunir grandes equipes de especialistas e residentes locais. Os inventários são estudos cooperativos e rigorosos sobre os recursos biológicos e culturais de paisagens prioritárias para a conservação. Realizaram inventários no Peru, na Colômbia e no Brasil e estão agora em conversações com a Agência de Proteção Ambiental da Guiana para realizar um trabalho conjunto. Mencionou que a colaboração é essencial para o trabalho na Amazônia e que as reuniões realizadas na bacia do Putumayo-Içá geraram muitas lições para promover a cooperação a partir de múltiplas perspectivas.



Fundação Gordon e Betty Moore

María Franco Chuaire (Oficial de Programa da Iniciativa Andes-Amazônia), mencionou que a Iniciativa Andes-Amazônia da Fundação Moore, estabelecida há 20 anos, está agora em uma nova fase. A estratégia foi aprovada em 2022. A visão da iniciativa é assegurar a diversidade biológica e a função climática da bacia amazônica em perpetuidade, enquanto o seu resultado esperado é assegurar 70% do bioma amazônico (cobertura florestal) sob gestão e conservação eficazes. Essa segunda fase destaca 4 novos objetivos: i) Garantir que 50 milhões de hectares de terras de povos indígenas e comunidades locais sejam gerenciados de forma eficaz; ii) Garantir que 50 milhões de hectares de ecossistemas de água doce e florestas sejam protegidos e gerenciados de forma eficaz; iii) Redirecionar ou mitigar os impactos dos fatores de alteração de habitat (infraestrutura e indústrias extrativas); e iv) Apoiar as estruturas institucionais necessárias para o sucesso econômico dos povos indígenas e comunidades locais.



Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA) – Bacia do Congo

George Akwah (Líder do Programa Paisagens Sustentável da Bacia do Congo) apreciou o convite para aprender com a experiência do ASL e compartilhar a sua perspectiva semelhante em outra floresta crítica como a Bacia do Congo. Destacou o desafio que estes programas enfrentam na geração de mudanças transformadoras que requerem a determinação exata das mudanças desejadas, das capacidades que precisam de ser reforçadas para alcançar essas mudanças e da forma de medi-las. O primeiro nível de transformação que considera essencial abordar são as políticas nacionais e regionais para garantir a continuidade das ações do projeto. Comentou que a sua presença na conferência se deve ao interesse de aprender do grupo, em particular, em identificar formas de assegurar a continuidade das ações dos projetos.



4. PROJETOS NACIONAIS

Para que os participantes tenham uma melhor compreensão das ações nacionais do ASL, foram feitas breves apresentações dos 10 projetos nacionais que compõem o ASL 1 e 2. As apresentações dos projetos foram seguidas de um espaço para os participantes compartilharem algo que os tenha inspirado e de uma sessão de perguntas e respostas.

4.1. Bolívia

Projeto: Abordagem de Paisagem Sustentável no Sistema Nacional de Áreas Protegidas e Ecossistemas Estratégicos da Bolívia

Pedro Eduardo Duran (Diretor-Geral da Biodiversidade e Áreas Protegidas, Ministério do Ambiente e da Água) apresentou o projeto nacional boliviano. O objetivo do projeto é reforçar a eficácia da gestão e a sustentabilidade financeira do Sistema Plurinacional de Áreas Protegidas e Ecossistemas Estratégicos (SNAP-ECOS), com base na participação social e na produção sustentável dos recursos naturais, com enfoque na Amazônia boliviana. O projeto deverá começar a ser implementado em janeiro de 2024. Atualmente, procura-se definir a entidade fiduciária e contratar o coordenador do projeto. O projeto será estratégico para o fortalecimento do SNAP-ECOS, que também inclui mais de 200 áreas protegidas de interesse municipal. Eduardo compartilhou que dispõem atualmente de um atlas das áreas municipais e de importância nacional e que estão a ser elaborados 5 planos de gestão de áreas protegidas. Por último, referiu que, graças ao feedback recebido dos outros projetos na conferência do ano passado, foi possível levantar e apoiar a necessidade de ter uma Lei da Biodiversidade que está em processo de desenvolvimento.

4.2. Brasil

Projeto: Paisagens Sustentáveis da Amazônia – ASL Brasil



Carlos Eduardo Marinelli (Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos dos Animais, Ministério do Meio Ambiente) apresentou o projeto brasileiro. O objetivo do projeto é aumentar a superfície sob proteção legal e melhorar a gestão das Áreas Protegidas (AP) e aumentar a área sob restauração e gestão sustentável na Amazônia brasileira. O projeto tem as duas fases de ASL 1 e ASL 2 e agora a transição para a terceira fase também está a ser concebida. O projeto tem uma forte componente de apoio ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Também se está trabalhando na integração destas áreas protegidas, na aplicação de uma abordagem de paisagem sustentável e na recuperação da vegetação nativa. Carlos Eduardo especificou que um ponto muito importante é o trabalho no Cadastro Ambiental Rural (CAR), com o qual foram feitos progressos significativos até agora, em termos de registo e verificação do registo de propriedades privadas. Na transição entre as diferentes fases do programa, destacou-se a capacidade de manter a continuidade e a integração gradual de novos elementos no projeto e na sua abordagem. O trabalho do projeto na consolidação e influência das ações políticas permitiram-lhe deixar um legado institucional no país.



Corazón de la
Amazonía

4.3. Colômbia

Projeto: Coração da Amazônia

Luz Adriana Rodriguez (Coordenadora Geral do Projeto, Patrimônio Natural) explicou que o Coração da Amazônia é um exemplo de como a colaboração contribuiu para a obtenção de bons resultados. O cumprimento do seu objetivo é melhorar a governança e promover atividades de uso sustentável da terra para reduzir o desmatamento e conservar a biodiversidade na área de intervenção do projeto. Este funciona no âmbito de um acordo institucional em que as diferentes autoridades ambientais executam conjuntamente o projeto como parceiros, o que reforça o sistema ambiental nacional. O projeto tem intervenções em cerca de 7 milhões de hectares da Amazônia colombiana, incluindo áreas protegidas, territórios indígenas, sítios Ramsar e áreas onde o desmatamento se concentrou. Algumas das principais realizações do projeto foram o planejamento participativo na gestão e utilização do território, incluindo exercícios conjuntos de gestão territorial com autoridades ancestrais, e a convergência do conhecimento científico com o conhecimento ancestral. Os desafios incluem a necessidade de ajustamento constante devido a mudanças de governo e a participação ativa de outros sectores. Por fim, o projeto utiliza diferentes ferramentas para promover a colaboração: i) acordos sociais com famílias e organizações para a gestão sustentável dos recursos do território; ii) acordos setoriais, promovendo que a Amazônia deve ter uma visão e uma mesma abordagem; e iii) acordos com as entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SINA), a fim de se aproximar dos territórios, com regras claras e um caminho concreto para se desenvolver.

Projeto: Amazônia Sustentável para a Paz

Miguel Mejía (Coordenador do Projeto, PNUD) apresentou um vídeo introdutório sobre a experiência do projeto em turismo de natureza na bacia do rio Caguán. Este tem sido um dos componentes do projeto, cujo objetivo é melhorar a conectividade e conservar a biodiversidade através do reforço das instituições e organizações locais para garantir uma gestão abrangente das emissões de baixo carbono e a construção da paz. Miguel considera que a colaboração entre a sociedade civil e as comunidades é um desafio devido à baixa confiança. No entanto, mencionou que o projeto procura abordar os problemas complexos da Amazônia, trabalhando com comunidades que vivem em áreas de conflito difíceis e que têm trabalhado para procurar a paz. Especificou que o projeto procura gerar trabalho colaborativo entre parceiros locais, com uma ênfase pedagógica e intergeracional (por exemplo, promoções camponesas, rede de restauração e viveiros, turismo, rede de paz e reconciliação e rede de comunicações da Amazônia). O projeto dedicou-se a construir em colaboração com as comunidades, a co-desenhar paisagens sustentáveis, a aplicar um modelo de assistência técnica autossustentável, a trabalhar com base no conhecimento das comunidades e a planejar com elas, e a gerar redes socioeconômicas. Finalmente, o projeto avançou no sentido de tornar a bioeconomia uma alternativa real, não só melhorando o sistema produtivo, mas também concebendo ferramentas de gestão e acordos de proteção ambiental baseados nos serviços dos ecossistemas.

4.4. Equador

Corredores de
CONECTIVIDAD
Amazónicos



Projeto: Corredores de Conectividade em duas Paisagens Prioritárias na região Amazônica Equatoriana

Joy Wolfson (Coordenadora de Projetos, Conservação Internacional do Equador) explicou que o objetivo do projeto é melhorar a conectividade ecológica de duas paisagens prioritárias (Putumayo-Aguarico e Palora-Pastaza, na Amazônia equatoriana), através do estabelecimento de dois corredores de conectividade e mecanismos de gestão associados, para garantir a conservação da biodiversidade a longo prazo. O foco principal do projeto são os corredores de conectividade, e que estes sejam oficializados para contribuir para o cumprimento do objetivo 30x30. Nos corredores, trabalha-se com as comunidades locais, apoiando a formação de plataformas de governança, fortalecendo os produtores e suas bioempresas, analisando e fortalecendo os marcos legais e sistematizando lições e conhecimentos. O arranjo institucional do projeto é notável porque foi conseguido através de um trabalho coordenado entre o WWF e a Conservation International, bem como através da coordenação com outros projetos em execução. Joy lembrou aos participantes que o novo presidente do Equador tomará posse no final de novembro de 2023, e que ficará apenas por alguns meses. Por esta razão, o país está num processo de transição que será um novo desafio para o projeto.

4.5. Guiana

Projeto: Assegurando uma Amazônia viva através da conectividade da paisagem no sul da Guiana

Felicia Adams-Kellman (Chefe do Departamento de Acordos Ambientais Multilaterais, Agência de Proteção Ambiental - EPA) e **Rhea Kanhai** (Responsável Ambiental Sênior, EPA), representantes da equipe da Guiana, introduziram o projeto apresentando um vídeo sobre a biodiversidade e o trabalho de colaboração da Guiana. O objetivo deste projeto é reforçar a conectividade da paisagem através de uma melhor gestão da Área Protegida das Montanhas Kanuku e das zonas húmidas do norte do Rupununi, no sul da Guiana. O seu início foi adiado principalmente devido aos impactos da pandemia de COVID-19. No ano passado, foram efetuadas consultas à população local, tendo-se retirado importantes lições. Por exemplo, a necessidade de traduzir os documentos para as línguas locais, procurar aliados com intervenções na área para facilitar o acesso, operar através de pontos focais para interação com vários intervenientes e manter uma comunicação constante sobre o progresso do projeto e o seu âmbito para que as expectativas sejam claras. Apesar dos atrasos no arranque do projeto nacional, já se sentem parte e beneficiam da pertença ao programa ASL através de atividades regionais, incluindo atividades no âmbito do grupo de trabalho de monitorização da biodiversidade com armadilhas fotográficas. .

Proyecto Asegurando
el Futuro de las ANP
del Perú

4.6. Peru

Projeto: Assegurando o Futuro das Áreas Naturais Protegidas do Peru

Por ser um dos projetos que encerra este ano, **Milagros Silva** (Especialista em Monitorização e Avaliação de projetos, Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado - SERNANP), centrou a apresentação nas suas realizações e desafios. As principais realizações do projeto foram: (i) a assinatura de um acordo único para o lançamento do programa Patrimônio do Peru (PdP), que resulta do acordo entre o SERNANP e os cooperantes para a estratégia de intervenção e financiamento das metas de conservação para o sistema; (ii) o desenvolvimento de 11 mecanismos financeiros, dos quais 4 estão ou serão implementados em breve, o que daria ao Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SINANPE) uma receita total de 21 milhões de dólares nos próximos 5 anos; e (iii) o desenho e aplicação de salvaguardas na companhia dos parceiros, deixando capacidade e boas práticas no SERNANP. Quanto aos desafios, o primeiro foi a inclusão do projeto na estrutura e funcionamento do SERNANP, ajustando-se aos seus próprios procedimentos e políticas, integrando-se na dinâmica das equipes de trabalho existentes.

Projeto: Paisagens Produtivas Sustentáveis na Amazônia Peruana



Vladimir Barrantes Responsável pelos Mecanismos Financeiros e Incentivos de Mercado do Projeto, PNUD) indicou que o objetivo do projeto é gerar múltiplos benefícios ambientais globais através da aplicação de uma abordagem integrada à gestão das paisagens amazônicas. Para esse efeito, promovem sistemas agroflorestais, que já são aplicados pelos produtores locais. A intervenção é levada a cabo em Ucayali e Huánuco, as zonas do país onde o desmatamento é maior. O projeto tem feito progressos na mudança de comportamento dos produtores para práticas sustentáveis, apesar da resistência inicial, dado o longo prazo em que os resultados se materializam. Os principais desafios do projeto foram os atrasos e ajustes devido à mudança de autoridades e o estabelecimento de mecanismos para garantir a sustentabilidade das ações.

Projeto: Construindo o bem-estar humano e a resiliência nas florestas amazônicas, aumentando o valor da biodiversidade para a segurança alimentar e os bio-negócios

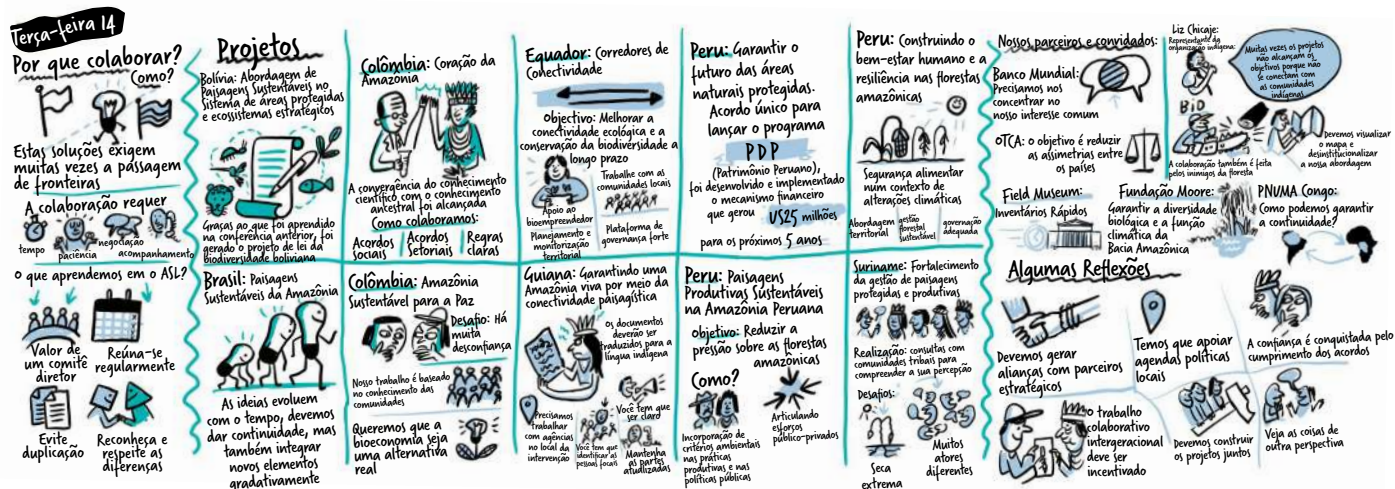
Jorge Elliot (Coordenador do Projeto, Profonampe) indicou que o projeto procura contribuir para a redução do desmatamento e a recuperação das florestas na Amazônia peruana através da gestão dos recursos naturais e do apoio a sistemas produtivos que incorporem a sustentabilidade ambiental com uma abordagem territorial. Neste contexto, o seu objetivo é promover a conservação de florestas e zonas húmidas saudáveis e funcionais, resistentes às alterações climáticas, mantendo as reservas de carbono, evitando as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e gerando meios de subsistência locais sustentáveis e resilientes para as populações locais da Amazônia peruana. Um aspeto central do enfoque do projeto é a promoção da segurança alimentar no contexto das alterações climáticas. A isto junta-se a abordagem territorial, que procura interligar paisagens através da restauração, gestão de florestas e lagos, entre outros; a promoção de bio-negócios sustentáveis; e uma governança adequada.

4.7. Suriname

Projeto: Fortalecimento a gestão de paisagens protegidas e produtivas na Amazônia do Suriname

Arioene Vreedzaam (Coordenador do Projeto, PNUD), explicou que o objetivo do projeto é assegurar a gestão equitativa de paisagens protegidas e produtivas através de abordagens integradas que proporcionem benefícios de conservação e meios de subsistência sustentáveis. Este projeto trabalha tanto com comunidades indígenas (população originária da Amazônia) como com comunidades Maroon (descendentes de africanos que formaram assentamentos longe da escravidão nas florestas), o que enriquece e torna as intervenções mais complexas. Até à data, a principal conquista são as sessões de consulta com as comunidades tribais para conhecer a sua percepção e melhorar a concepção das intervenções para o seu maior benefício. Como exemplo dos principais desafios, indicou que a pandemia de COVID-19 afetou a concepção das atividades. Mas também mencionou que as alterações climáticas estão a causar inundações e secas extremas que afetam as comunidades e dificultarão a implementação do projeto. Outro desafio importante é criar espaços de colaboração, uma vez que existem muitos atores diferentes que precisam de alinhar interesses. Por exemplo, para conseguir o mercado para os produtores indígenas e tribais, estão a colaborar com outros programas estatais.

Figura 6. Principais ideias apresentadas pelos projetos nacionais de ASL 1 e 2





5. APRENDIZADOS DOS PROJETOS ASL 1

A conferência incluiu uma sessão em que os gestores de projetos do ASL 1 na Colômbia, Peru e Brasil foram convidados a apresentar as suas experiências e lições aprendidas.

5.1. Painel do Projeto ASL1

A sessão foi estruturada como um painel em torno das seguintes questões e tópicos:

- Quais são os desafios que o projeto não previu, mas que você acha que precisam ser levados em consideração na execução de projetos semelhantes e como você os abordou ou teria abordado melhor?
- Como é que o projeto promoveu a colaboração entre as instituições envolvidas, entre as comunidades e outras partes interessadas?
- Como você garantiria que as transformações alcançadas são sustentáveis?

Amazônia Sustentável pela Paz – Colômbia

Miguel Mejía indicou que os principais desafios foram cumprir e manter o padrão de implementação, os objetivos do projeto e a gestão do orçamento durante a pandemia da COVID-19. Da mesma forma, gerar alianças com parceiros estratégicos, entre os quais estão as organizações locais de base, foi outro desafio, procurando garantir que o financiamento chegue a quem precisa. Nesse contexto, ele relatou que também foi um desafio localizar organizações que trabalham com agendas territoriais comunitárias ou agendas políticas locais.

Em torno da promoção da colaboração, Miguel explicou que procuraram a participação social e incentivaram o trabalho colaborativo intergeracional. Ele enfatizou que o trabalho com os jovens gera dinamismo nos projetos e obriga-nos a compreender que as preocupações e os interesses devem ser diferenciados por idade. Comentou que o projeto optou por seguir uma estratégia de estabelecer as suas próprias redes de comunicação e fomentar redes de trabalho colaborativo.

Em termos da sustentabilidade das transformações promovidas pelo projeto, foi criado um portfólio de serviços por organizações parceiras que poderão ser prestados após a conclusão do projeto em 2024. Também foram desenhadas marcas próprias, bem como estratégias promocionais com elementos amazônicos. Por fim, os resultados bem-sucedidos foram transformados em suporte de componentes para projetos futuros.

Garantindo o Futuro das Áreas Naturais Protegidas do Peru – Peru

Lorenzo Beck, coordenador de projeto do SERNANP, indicou que um dos principais desafios foi a necessidade de aprendizagem e de ajustamento dos processos por parte das instituições que executam os projetos para se adaptarem aos requisitos do GEF. As entidades públicas são obrigadas a participar em vários projetos, o que se torna um desafio para a execução. Este desafio requer também a coordenação com outras entidades envolvidas, para se adaptarem e trabalharem em conjunto. Um desafio transformado em oportunidade foi a necessidade de reforçar a capacidade de gestão das salvaguardas por parte das instituições públicas.

Em relação com a promoção da colaboração, indicou que esta deve basear-se na confiança, que é conquistada através do cumprimento de acordos e compromissos. A gestão das áreas protegidas no Peru baseia-se na participação e é essencial ter confiança em todos os atores. Lorenzo destacou a importância e a necessidade de reconhecer as ações de outras instituições para distribuir os encargos entre aqueles que têm o conhecimento para executar os diferentes papéis.

ARPA no Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia e conectividade paisagística – Brasil

A apresentação foi feita por **Rita Mesquita** (Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, Ministério do Meio Ambiente do Brasil – MMA) e **Fábio Ribeiro** (Gerente de Projetos do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e Coordenador do componente ARPA do Projeto ASL Brasil) e teve como foco o programa ARPA. Um dos principais desafios é a gestão de áreas protegidas, pois é complexa e exige a coordenação de muitos atores envolvidos. No entanto, a transferência de informações entre os atores está ajudando a tornar o processo de gestão mais viável. Da mesma forma, é um desafio consolidar as capacidades, como as de gestão ou adaptação, que permitem um bom trabalho, razão pela qual a identificação prévia de competências é essencial.

Sobre os espaços de colaboração, ele mencionou que o projeto apoiou o trabalho conjunto com as comunidades sobre questões de bioeconomia e o intercâmbio de experiências e tecnologias entre parceiros.

Foi destacada a necessidade de gerar um conceito único de paisagens sustentáveis para alcançar a sustentabilidade. Foi dado como exemplo o Programa de Conectividade de Paisagens (Conecta), que o MMA iniciou em 2017, como um programa central que promove a conectividade de ecossistemas e a gestão de paisagens no território brasileiro, por meio de políticas públicas integradas.

5.2. Discussão em grupo sobre as lições aprendidas

Os participantes na conferência tiveram um espaço para refletir sobre as lições e experiências recolhidas no painel. A atividade foi realizada em dois momentos. Numa primeira ronda, os participantes reuniram-se de acordo com os eixos discutidos no painel (desafios, colaboração e sustentabilidade) e em grupos de diferentes nacionalidades, para compartilhar as suas reflexões com base na seguinte pergunta:

- **Que lições e reflexões podemos contribuir em torno dos temas superação de desafios, colaboração e sustentabilidade?**

Os resultados das discussões em grupo estão resumidos na Tabela 1.



Tabela 1. Lições e reflexões para cada eixo de discussão

Superando desafios	• Os projetos podem gerar e/ou reforçar as capacidades para a implementação de políticas públicas e diálogos intersetoriais que promovam a conservação dos ecossistemas e o benefício das comunidades locais. • O alinhamento vertical e horizontal das políticas públicas é fundamental para garantir maior impacto. Ter uma comunicação efetiva dos resultados dos processos. • Falta de envolvimento dos jovens. Por enquanto, há pouca reflexão sobre desenvolvimentos específicos com este grupo no âmbito dos projetos e não há provas de que estejam representados nas decisões. • As instituições e entidades públicas devem assumir um papel de liderança e protagonismo mais ativo nos projetos. Os projetos devem poder ser construídos com a população, a partir das bases e responder aos seus problemas reais, para oferecer soluções e projetos de vida viáveis e compatíveis com a sustentabilidade. É fundamental abordar o problema dos direitos fundiários. • Falta de coerência e coordenação entre setores e governos. A população não-amazônica ainda não valorizam a Amazônia e sua função (valor de existência). • Durante a fase de concepção e formulação, existem regulamentos internos que atrasam o calendário dos resultados do projeto. Quando as estruturas de governança não têm papéis claros, há dificuldades, uma vez que há aliados que não sabem quais os papéis que terão no projeto. • Durante a fase de implementação e execução, deve ser estabelecido um planejamento anual (flexibilidade e gestão adaptativa), um manual operacional (alinhamento e articulação), rotação de autoridades (função do pessoal técnico, memória do projeto), sustentabilidade das ações no terreno (promoções locais/comunitárias, intercâmbio de experiências). • Prazos realistas e uma estrutura de governança adequada durante a formulação facilitam uma execução eficaz.
Promova a colaboração	• Respeito e equidade na comunicação e na tomada de decisões, reconhecendo as diferenças e as confluências dos atores mais jovens. • Valorização das competências e dos conhecimentos. • Para gerar confiança é preciso: ouvir, compreender, renunciar ao poder, delegar a tomada de decisões, chegar a acordo e controlar de forma participativa. • Implementar núcleos dinâmicos de desenvolvimento. Não pensar apenas nas questões ambientais, mas há processos de saúde, educação, serviços básicos, outras questões que vão além da questão da conservação. As necessidades que existem nessas áreas (territórios indígenas) devem ser consideradas. • Colaboração através de órgãos e espaços de governança.
Sustentabilidade nas conquistas	• A sustentabilidade deve ser pensada desde o início e a concepção do projeto com ações estratégicas: capacitação e apropriação das comunidades e das novas gerações apoiadas pelas instituições. • As ações dos projetos só atingem determinados momentos e é necessário encontrar ações complementares noutros projetos ou noutras fontes, para dar continuidade aos resultados. • A partir da concepção do projeto, pode ser proposto um processo de sustentabilidade a longo prazo: acompanhamento pós-projeto, pagamento com base nos resultados. • Monitorização com indicadores que se adaptem ao projeto. Ter um documento final com as lições aprendidas, mas também ter discussões ao longo do projeto. Desenvolver o plano de gestão e o plano de negócios num projeto para gerar continuidade. • Dispor de um quadro de gestão ambiental e social comum. Dimensionar e gerar alianças com outras instituições que estão a trabalhar no território, co-criação com as comunidades. Definir modalidades de gestão do conhecimento, incluindo o papel de sistematização e de difusão do conhecimento. • Reconhecer a importância transversal das questões de género e geracionais (transferência de conhecimentos).

Numa segunda ronda, os participantes foram agrupados por país, com cada coordenador de projeto como líder, para partilharem reflexões com base na seguinte questão:

- **Do que foi dito no painel, que lições podem ser incorporadas em cada projeto nacional do ASL?**

Bolívia

- Recuperar as experiências das atividades preparatórias do ASL 1 e dos instrumentos aplicados.
- Identificação das partes interessadas para delegar funções específicas nas atividades do projeto.
- Identificação dos diferentes mecanismos de financiamento (SISCO) nas zonas protegidas.
- Estabelecer laços de confiança.
- Evitar a sobrecarga das capacidades

Brasil

- Institucionalização de projetos. O projeto como meio de implementação de políticas públicas.
- Continuidade das ações após o projeto.
- Estabelecer ações para as alterações climáticas.
- Estabelecer planos de vida, de gestão e de administração.
- Conectividade dos territórios.
- Visão comunitária e geracional. Importância da participação dos jovens.
- Integração de diferentes organizações.
- Colaboração entre os beneficiários.
- Integração e generalização de políticas.
- Reforçar os espaços e as instâncias de governança.
- Cooperação transfronteiriça. Criar espaços para abordar geograficamente o trabalho, criar sinergias entre países para falar de conectividade.

Colômbia

- A importância de trabalhar com organizações e instituições a nível municipal, departamental e nacional.
- Compartilhar desafios, diferentes linguagens, abordagens e formas de abordar o território (intangível) é muito valiosa.
- Os interesses e as visões de cada país devem ser ajustados aos diferentes cenários governamentais.
- As agências de execução e de implementação não podem substituir o papel do Estado, mas podem reforçar e compreender os contextos da região.

- Promover a comunicação assertiva: maior comunicação dos resultados e impactos dos projetos. Comunicação ao nível do projeto e por país, gerar troca de experiências, reforçar os intercâmbios internos entre programas na Colômbia e entre outros países para gerar troca de conhecimentos e resultados.
- Trabalho articulado com as comunidades e outras instituições a diferentes escalas.
- Trabalho com a OTCA e colaboração.
- Necessidade de um grupo de trabalho coordenado para as questões administrativas, operacionais e de coordenação.
- Recomendação de que as lições e avaliações dos projetos sejam mais analíticas e críticas em relação aos desafios, dificuldades e oportunidades.
- Mais oportunidades de colaboração com clareza de funções. Revalorizar as experiências com trabalho sinérgico.
- O papel da cooperação como uma oportunidade para resolver as dificuldades

Equador

- Incentivar a colaboração com base no mapeamento das partes interessadas, trabalhando a partir de interesses e necessidades e assegurando um envolvimento efetivo nas questões de género, de modo a que seja sustentável ao longo do tempo.
- Para manter a sustentabilidade do projeto, este deve gerar apropriação e confiança desde o início, considerando os incentivos e interesses a nível intergeracional, dos decisores e das comunidades indígenas.
- As mudanças no governo nacional e a participação dos governos locais foram identificadas como desafios.

Guiana

- Colaborar com os utilizadores/proprietários de terras.
- Apoiar e reforçar as capacidades das principais partes interessadas, em especial as populações indígenas e as comunidades locais (IPLC), para que possam liderar os processos.
- Os projetos ASL devem estar em conformidade com as prioridades e os objetivos do governo.
- Para manter a sustentabilidade do projeto, este deve promover a inclusão de todos os grupos de partes interessadas, assegurando o envolvimento das gerações mais jovens: crianças e jovens.
- Alinhar os objetivos dos projetos e planos locais com as aspirações das comunidades locais.
- Entre os desafios, foram identificados a expansão das redes rodoviárias, a expansão da utilização das terras agrícolas e a mudança de liderança.

Peru

- Foram recolhidas informações sobre diferentes experiências em diferentes territórios com a colaboração direta das comunidades e uma abordagem de conectividade: cultural-social-ambiental-económica.
- Realizar processos de adaptação durante a execução do projeto com empatia e procurando sinergias entre recursos.
- Identificação de novos aliados para colaborar e cooperar no futuro.

Suriname

- Avaliar as necessidades da comunidade: necessidades básicas (alimentação, água, educação, saúde, comunicações, eletricidade).
- Reforçar as colaborações através de uma comunicação clara e transparente, com esforços coordenados (nacionais e internacionais).
- Cogestão das zonas protegidas aplicando as melhores práticas e com base nas experiências de outros países.





6. PROJETO REGIONAL ASL

6.1. Progresso até 2023

O objetivo do projeto regional ASL é fortalecer a coordenação, o acesso à informação e a capacidade das partes interessadas dos projetos nacionais, buscando dimensionar ações para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O Comitê Diretivo é o principal órgão de aconselhamento, orientação e informação do projeto regional, assim como a Conferência é o fórum para compartilhar os progressos e determinar e priorizar as ações futuras.

A equipe do projeto regional apresentou os progressos do ano 2023, centrando-se no que o ASL tem feito nos grupos de trabalho que foram formados para discutir atividades e intercâmbios sobre temas técnicos prioritários e questões operacionais como as comunicações e o monitoramento. A chave para o funcionamento destes grupos tem sido a participação ativa das equipes de projeto nacionais. Além disso, foram apresentados os intercâmbios de conhecimentos, as publicações e os webinars desenvolvidos durante o ano, bem como a apresentação do novo portal de dados do ASL.

Os componentes dos trabalhos apresentados estão resumidos na Tabela 2.

Tabela 2. Atividades e grupos de trabalho do projeto regional ASL por componentes

Gestão do conhecimento	Coordenação
• Grupos de trabalho: • Sustentabilidade financeira • Reforço das capacidades e intercâmbio de conhecimentos entre os guardas-florestais • Monitoramento da biodiversidade com armadilhas fotográficas (Wildlife Insights) • Contribuição para a iniciativa regional relativa às zonas húmidas	• Externo • Grupo de Trabalho Técnico de Doadores da Amazônica • Colaboração interinstitucional para resolver o problema da mineração ilegal de ouro e da contaminação por mercúrio • Eventos internacionais • Interno • Reuniões do comitê de direção • Conferências anuais
Comunicações	Monitoramento e avaliação
Grupo de Trabalho de Comunicações	Grupo de Trabalho de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem

A apresentação pode ser consultada no seguinte [link](#).

A sessão incluiu uma reflexão sobre a monitoramento dos resultados e os seus desafios. Apesar de que agregar dados quantitativos sobre os resultados de cada projeto nacional é essencial, também é essencial ter informação qualitativa, com histórias de realizações (e os processos para as alcançar), fracassos e lições. Cada projeto nacional procurará alcançar as suas próprias mudanças transformacionais, mas será importante encontrar formas de integrar essas histórias. Por outro lado, no que respeita à gestão da informação e aos repositórios de dados geridos pelo ASL, foi reconhecido que existem muitas plataformas de informação e que é um desafio encontrar uma forma de mapeá-las e procurar a sua interoperabilidade.

Figura 7. Resumo das atividades e dos grupos de trabalho do Projeto Regional ASL



6.2. Contribuições técnicas sobre temas priorizados

Para ampliar o aprendizado sobre temas críticos para as ações do ASL e identificar como abordá-los a partir de projetos nacionais e regionais, a Conferência incluiu uma sessão em que convidados especiais apresentaram três temas priorizados. Cada tema foi trabalhado em uma sessão individual, que teve três momentos: a apresentação do tema, a discussão em grupo sobre o que foi aprendido e a apresentação plenária das discussões.

6.2.1. Condições para a restauração

A sessão *Condições para a Restauração* foi apresentada por **Natalia Ruiz-Guevara**, analista de pesquisa do World Resources Institute (WRI), responsável pela promoção da Iniciativa 20x20, e **Alejandra Laina**, gerente de recursos naturais do WRI Colômbia. O objetivo da sessão foi explorar as diferentes condições favoráveis à expansão das intervenções de restauração (conhecimento e desenvolvimento de capacidades, governança e políticas, mecanismos financeiros e equidade e inclusão como tema transversal), estimulando o diálogo e fornecendo lições para os projetos nacionais e regionais do ASL (existentes ou futuros).

Natalia falou sobre a Iniciativa 20x20, que é um esforço liderado por vários países para proteger e restaurar 50 milhões de hectares na América Latina e o Caribe até 2030. Em relação à restauração, Natalia destacou dois tópicos importantes. Primeiro, que o conceito de restauração pode ser diferente entre países e para cada contexto e que pode ser estimulado por diferentes tipos de benefícios, como recuperação de biomassa, geração de renda, proteção da biodiversidade, entre outros. Segundo, o monitoramento dos resultados. Acrescentou que um indicador da Iniciativa 20x20 é o número de hectares restaurados; no entanto, a sua quantificação apresenta múltiplos desafios e existem metodologias e interpretações do que significa um hectare restaurado que não são necessariamente comparáveis. A apresentação centrou-se em três tipos de condições que permitem o progresso dos objetivos relacionados com a restauração: política e governança, conhecimento e desenvolvimento de capacidades, e financiamento.

As **condições favoráveis à política e a governança** envolvem a forma como tomamos decisões em conjunto. Como diferentes vozes e posições são geridas em diferentes escalas do território, do país e da bacia amazônica. Bem como o mecanismo que usamos para estabelecer um padrão que garanta a boa governança. Além disso, é preciso considerar quais são as lacunas que impedem que a restauração seja promovida a partir da política nacional e como as políticas são operacionalizadas por meio de diferentes instrumentos. O monitoramento em diferentes níveis é útil como um instrumento para medir o impacto real das políticas. Por exemplo, a aplicação web [AURORA](#) do WRI é uma ferramenta para entender, avaliar e relatar ações de restauração, que se adapta às necessidades e objetivos específicos de cada caso.

As **condições favoráveis ao conhecimento e ao desenvolvimento de capacidades para a tomada de decisões** implicam a necessidade de prestar assistência e desenvolvimento de capacidades a diferentes escalas através da criação de grupos de trabalho no âmbito de um conjunto de comunidades de práticas, no quadro da Iniciativa 20x20.

As **condições favoráveis ao financiamento** envolvem os recursos disponíveis para efetuar a recuperação, os obstáculos e as oportunidades existentes para obter investimentos nas esferas pública e privada.

Para complementar a apresentação, Alejandra compartilhou as oportunidades de aprendizagem e de gestão integrada ligadas ao trabalho do WRI na restauração:

- **Acesso a aceleradores de processos:** o [Landscape Policy Accelerator](#) é um programa de inovação de políticas e de aprendizado entre pares, focado em alavancar o financiamento público, abordando as barreiras políticas existentes aos incentivos públicos para a restauração e conservação de paisagens. O [Landscape Monitoring Accelerator](#) e os **acampamentos tecnológicos** são programas que utiliza informações geoespaciais de última geração para medir os impactos e o desempenho das ações de conservação e restauração. O **desenho de programas de monitoramento de restauração em escala de paisagem** por meio do uso de uma ferramenta que permite a seleção de objetivos e indicadores com aplicabilidade em diferentes escalas e atores, e o acompanhamento dos resultados em nível de parcela, permitindo a análise multitemporal e a vinculação a programas de monitoramento mais amplos (Global Forest Watch – GFW).
- **Articulação com outras iniciativas**, como o projeto de distritos bioeconômicos que integram vínculos urbano-rurais, promovendo processos de restauração, gerenciamento sustentável de recursos naturais, mobilização de recursos e mercados para produtos locais.
- **Aprendizado global** sobre políticas, análise de instrumentos financeiros e programas de acompanhamento com comunidades locais para a proteção de territórios, gerenciamento sustentável de florestas e produção agrícola sustentável.
- **Troca de experiências** por meio de visitas às principais áreas de aprendizado que integram o uso de ferramentas e aceleradores, facilitando a implementação de programas e projetos com características semelhantes.

A apresentação pode ser consultada no seguinte [link](#).



Atividade de grupo

Após a apresentação do tema, foi realizado um trabalho de grupo por país, com base nas condições favoráveis, desafios e oportunidades em questões de restauração. A atividade foi desenvolvida com base na seguinte questão:

- Quais são os desafios e oportunidades para promover a restauração da paisagem no seu projeto e no seu país com base nos temas da política e governança, conhecimento e desenvolvimento de capacidades, financiamento, diversidade e inclusão (como um eixo transversal)?

Bolívia

• Desafios

- Definir funções sociais e institucionais.
- Desenvolver processos jurídicos.
- As pessoas mais pobres estão nas zonas de maior biodiversidade.
- Estabelecer o corredor biológico com o Brasil para poder gerar acordos binacionais e para que ambos os países cresçam com base na gestão territorial.

• Oportunidades

- Continuar e reforçar o sistema de informação, desenvolvendo processos de inclusão e participação abrangente, que incluam os atores sociais e institucionais.
- Desenvolver plataformas produtivas, comunitárias e inclusivas com enfoque no género. O papel das mulheres é fundamental na restauração de espécies nativas.
- Procura de sustentabilidade com SISCO (sistemas de cobrança) e sistemas de coleta através de atividades turísticas para a gestão de Áreas Naturais Protegidas.
- Acreditação de instituições científicas para a realização de estudos sobre a biodiversidade e para o desenvolvimento de critérios de utilização sustentável.
- Promover a ligação entre o conhecimento científico e o conhecimento ancestral.



Brasil

• Desafios

- Com o Código Florestal já existem instrumentos de gestão definidos desde 2012, porém, devido à diversidade de territórios e à autonomia de cada estado para exercer as políticas, há diferentes estágios de regulamentação e implementação.
- Acesso ao financiamento, nomeadamente para as propriedades privadas.
- Assistência técnica florestal.
- A propriedade privada e a regularização dos títulos de propriedade são uma condição para a restauração.
- Desafios logísticos na formação e questões de estrutura da cadeia de restauração.

• Oportunidades

- Reafirmar o compromisso nacional (Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planaveg) para a recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa nos próximos anos.
- Há financiamento para serviços ambientais para o mercado de carbono, e há também fundos que financiam a restauração da Amazônia (Fundo Amazônia, Floresta Viva).

Colômbia

• Desafios

- Falta um sistema de monitoramento integrado.
- Existem muitos objetivos específicos, mas as iniciativas dos sectores público e privado não estão integradas no mesmo sistema de monitoramento que integre todos os esforços do país.
- Falta de acesso à informação.
- Existem mecanismos financeiros como incentivos; no entanto, esses mecanismos não foram desenvolvidos ou escalados para permitir que as comunidades ou os produtores tenham acesso a eles.

• Oportunidades

- A meta é atingir 700 mil hectares restaurados até 2026.
- Através dos projetos ASL e de outras iniciativas de cooperação, podem ser criadas capacidades nas comunidades, por exemplo, cientistas locais e escolas de promoção camponesa. Isto permite criar capacidades locais em temas como a restauração.
- O intercâmbio de conhecimentos científicos e locais em toda a região é uma oportunidade interessante para diferentes temas, como as zonas húmidas.
- A promoção de experiências bem-sucedidas e a assistência técnica é o que determinará que a informação chegue ao produtor.

Equador

• Desafios

- Falta de esforços a longo prazo e de definição de compromissos.
- A informalidade na propriedade da terra dificulta o processo de emissão de escrituras e a renovação com as mudanças geracionais, o que tem impactos a longo prazo.

• Oportunidades

- Estão atualmente a ser implementados um plano e um programa nacionais de recuperação com incentivos.
- Existem programas em execução através de créditos de carbono, troca de dívida, Biocorredor Amazônico (abrangendo mecanismos financeiros).
- Alterar as estratégias de utilização dos recursos.
- Replicar as experiências de envolvimento das populações e de trabalho para reforçar as capacidades.
- Conseguir um compromisso a longo prazo de todos os intervenientes.

Guiana

• Desafios

- Reforçar as instituições para que possam abordar as políticas relacionadas com a recuperação.
- Má aplicação da regulamentação relativa à recuperação das zonas de montanha.
- Muitas instituições com atividades sobrepostas na restauração florestal, por exemplo, a exploração mineira.
- Necessidade de experiência na recuperação de paisagens: compreensão dos conceitos ecológicos.
- Desafios linguísticos e culturais.
- Vontade política.

• Oportunidades

- Integrar a restauração na estratégia de desenvolvimento baixo em carbono.
- Cooperação com projetos que trabalham na gestão da paisagem.
- Os investimentos exigem grandes quantias de dinheiro a longo prazo e existe uma oportunidade de colaborar com outros projetos GEF.

Peru

• Desafios

- Há ecossistemas que não recuperam, como é o caso das turfeiras.
- Reforçar as capacidades a diferentes níveis do governo, da sociedade civil e do sector privado.
- Para que o sector privado se torne um interveniente mais ativo na restauração, o sector público deve criar as condições necessárias para que isso aconteça.
- Incompatibilidade das normas.
- A recuperação é muito limitada se os impactos não forem controlados, se as cadeias que promovem a degradação e estão ligadas a atividades ilegais não forem assumidas e monitorizadas.

• Oportunidades

- Trabalhar com uma abordagem de paisagem em vez de uma abordagem de área local ou de microbacia hidrográfica.
- Intercâmbio de informações geradas pela academia.
- Já existem instrumentos políticos que facilitam as atividades de recuperação, que devem ser aplicados, uma vez que são importantes para a determinação dos orçamentos.
- Intercâmbio de informações para recolher experiências sobre os custos financeiros das atividades de recuperação.
- Incorporação de sistemas de controlo do território comunitário.

Suriname

• Desafios

- Vontade dos governadores.
- A exploração mineira ilegal afeta a restauração e não existe capacidade suficiente para fazer cumprir a lei nas zonas mineiras.
- Todas as questões relacionadas com a restauração são novas para o país.

• Oportunidades

- Atualizar leis importantes (minas, pesca) para incluir atividades relacionadas com a conservação.
- Projeto de gestão da desmatamento dos manguezais em curso.
- Criar incentivos para aumentar a vontade e o interesse nos planos de recuperação.
- Promover uma mentalidade com os guardas-florestais centrada na sustentabilidade após a restauração para continuar o trabalho. Criar mecanismos de financiamento sustentáveis.
- Incluir as populações tribais e indígenas nos esforços de recuperação.
- Aprender com outras experiências a nível regional.
- Comunicação e promoção da restauração a nível local e nacional.

6.2.2. Mudança de comportamento

A sessão sobre *Mudança de Comportamento* foi apresentada por **Fiona Rodgerson** do Centro para o Comportamento e Ambiente (RARE). O objetivo da sessão era explorar conceitos relacionados com a ciência comportamental e aprender a aplicá-los em projetos ASL nacionais e regional. As campanhas que promovem mudanças de comportamento começaram na década de 1970. A teoria convencional da mudança para projetos centra-se em atividades que atingem determinados resultados ambientais ou sociais (por exemplo, produtores que adoptam práticas agroflorestais). A proposta que o RARE desenvolveu é enriquecer as teorias de mudança enfatizando os elementos comportamentais que são necessários para as realizações desejadas; isto é, porque e como a mudança comportamental desejada é alcançada. A teoria deve identificar quais mudanças podem ser condicionadas pelas crenças, normas sociais e contexto das pessoas.



As estratégias mais comuns para promover a mudança de comportamento são os **incentivos materiais** (pagamentos, multas), **as leis e regulamentos** (políticas públicas) e a informação (o quê/por quê/como de um comportamento). No entanto, existem três outras estratégias que ajudam a mudar o comportamento:

- **Apelos emocionais:** tirar partido das emoções para personalizar a mensagem de acordo com o público. Por exemplo, fomentar o orgulho, ligar aos valores locais, proteger as práticas locais. Podem ser utilizadas muitas emoções, como o medo, mas a esperança é a emoção mais poderosa que foi identificada para incentivar a mudança.
- **Influências sociais:** realçar o comportamento, as crenças e as expectativas dos outros em público, eventos comunitários, realçar realizações pessoais para um público alargado. Por exemplo, promover a aprendizagem entre pares.
- **A arquitetura das decisões:** alterar o contexto em que as decisões são tomadas. Por exemplo, otimizar processos complexos ou simplificar a informação apresentada.

Estas seis estratégias fazem parte de um conjunto completo de ferramentas para promover a mudança de comportamentos e podem ser aplicadas em diferentes contextos e em diferentes combinações. Para a sua aplicação, foi concebido um quadro que permite, através de oito passos não lineares, implementar as estratégias em diferentes programas:

- **Enquadrar** o desafio e os problemas a serem abordados. Isto envolve o mapeamento dos principais atores para determinar quais são os comportamentos-alvo de um grupo. Recomenda-se que se dê prioridade aos atores de acordo com aqueles que geram o maior impacto.
- **Criar empatia**, compreender as motivações e as barreiras comportamentais do público. Quais são as motivações e os obstáculos, que informação está a faltar, em quem confiam, que regras existem e não são claras ou não são aplicadas.

- **Mapear**, analisar dados e estabelecer ligações com os princípios das ciências do comportamento.
- **Elaborar estratégias** que possam funcionar. Isto implica gerar uma procura coletiva (necessidade de mudança), coordenar uma mudança de comportamento (fazer promessas de cumprimento) e reforçar a nova norma de comportamento (por exemplo, formar grupos comunitários para a fazer cumprir).
- **Criar um protótipo** do que seria o programa na vida real.
- **Experimente** em diferentes escalas de trabalho.
- **Implementar**, descrever **como**, **quando** e **onde** o programa será executado.
- **Avaliar** se a teoria da mudança está a funcionar e se são necessários ajustamentos.

A apresentação pode ser consultada no seguinte [link](#).

Atividade de grupo

Após a apresentação do tema, foi realizado um trabalho de grupo para identificar diferentes formas de aplicar estratégias de mudança de comportamento em projetos nacionais. A atividade foi desenvolvida com base nas seguintes questões:

- Viu a aplicação destas estratégias nos projetos?
- Como poderia aplicar estratégias de mudança de comportamento ao seu trabalho atual?

Aplicação

- Em leis e regulamentos: cadastro ambiental rural, diagnóstico do meio rural.
- Processos participativos para áreas protegidas de uso sustentável.
- Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC) no Brasil.
- Processo de transformação do conflito entre o jaguar e as famílias camponesas, na Colômbia.
- Ativação social, redes de trabalho colaborativo, influência de organizações locais chave no território, acordos intergeracionais.
- Introdução de gado nas comunidades. Mudança da criação de gado para o turismo comunitário ao saber que a área estava a ser afetada por esta primeira atividade.
- Quintas-modelo com função de demonstração.
- Conservação das tartarugas marinhas na Guiana. Começou por partilhar informações, oferecer incentivos e outras alternativas. Eventualmente, as pessoas tornaram-se defensoras.

Oportunidades

- Políticas públicas adequadas a cada grupo social. A recuperação de áreas (passivos) deve ser diferenciada de acordo com o grupo social: agricultores familiares, territórios coletivos, grandes propriedades.
- Implementar ações educativas e reforçar as equipes em todo o território.
- Sensibilizar as comunidades para os processos de outras entidades e identificar pontos de convergência.
- Não vê conflitos, mas sim soluções estratégicas.
- Não é provável que funcione para questões com escalas muito grandes (por exemplo, minas ilegais), mas é útil para comunidades menores.
- Programa Jovens Protagonistas como uma experiência a ser replicada na região, no Brasil.
- Projeto Tamar sobre tartarugas marinhas como experiência replicável, no Brasil.

6.2.3. Economias local

A sessão sobre *Economias Locais* foi apresentada por **Ana Rosa Saenz** do Instituto do Bem Comum (IBC), em representação da Aliança Nor-Amazônica (ANA), e **Liz Chicaje**, líder indígena peruana do povo Bora. O objetivo das sessões foi explorar os princípios das economias locais amazônicas que garantem o bem viver das pessoas e do território, e identificar a sua relevância para o trabalho realizado nos projetos nacionais e regionais do ASL.

Começou por explicar que a ANA é uma rede colaborativa de sete organizações da sociedade civil sediadas no Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, que trabalham lado a lado com os povos indígenas para salvaguardar a conectividade ecossistêmica e sociocultural da região amazônica. A ANA apoia o intercâmbio de estratégias e conhecimentos para conservar a Amazônia. Atualmente, tem 30 anos de experiência a trabalhar com 1.700 comunidades indígenas e a desenvolver 27 soluções escaláveis. A ANA segue um modelo de trabalho regional conjunto, que possui quatro linhas estratégicas em diversos mecanismos e espaços: **articular para transformar, articular para consolidar, inspirar para escalar e posicionar para influenciar**. Através de seus encontros regionais “Conversas Amazônicas”, alguns apoiados pelo ASL regional, processos locais são fortalecidos para uma visão regional.

Das recentes reuniões, os líderes indígenas participantes chegaram a um acordo sobre 15 princípios das economias locais da Amazônia, agrupados em 4 eixos principais (todos os princípios se encontram neste [documento](#)):

- **Princípios culturais** (transmissão de conhecimentos ancestrais).
- **Princípios ecossistêmicos a partir de uma abordagem biocultural** (diálogo entre conhecimentos técnicos, conhecimentos tradicionais e acompanhamento próprio).
- **Princípios de direitos** (direito ao território e distribuição justa e equitativa dos benefícios).
- **Princípios sociais e organizacionais** (envolvimento dos jovens, tomada de decisão conjunta, formalização dos territórios, reforço das cadeias de valor).

Em seguida, **Liz Chicaje** explicou como estes princípios da economia local são aplicados na comunidade de Bora, na área de influência da Área de Conservação Regional de Ampiyacu-Apayacu (região de Loreto, no Peru), por exemplo, através da produção de derivados da mandioca e da chambira (fibra vegetal). Liz destacou o papel das mulheres como fonte de transmissão de conhecimento na gestão da roça (espaço cedido pelas comunidades indígenas para o cultivo) e das sementes, aproveitando a biodiversidade para garantir a sua segurança alimentar. Liz destacou os desafios que ainda existem para melhorar a cadeia de produção, fortalecendo o planejamento sustentável da cadeia de valor, a transferência de capacidades tecnológicas, a conceção de infraestrutura para o processo de produção e o apoio comercial ao modelo de negócio.

Ambas as apresentações podem ser consultadas no seguinte [link](#).



Atividade de grupo

Após a apresentação, os participantes reuniram-se em grupos divididos pelas diferentes categorias de princípios (cultural, ecossistema a partir de uma abordagem biocultural, direitos, social e organizacional), para discutir a aplicação de cada princípio da economia local no âmbito do trabalho do ASL. A atividade foi desenvolvida com base nas seguintes questões:

- O que é que estes princípios inspiram em si?
- São relevantes para a Amazônia?
- Que debates poderiam informar e em que cenários considera que podem ser úteis?

Princípios culturais

- Importância da proteção dos conhecimentos tradicionais para evitar a biopirataria.
- Reconhecer que a cultura está viva e deve aceitar as mudanças.
- Importância do reforço dos sistemas de conhecimento locais.
- Necessidade de compreender os papéis diferenciados entre mulheres e homens nas diferentes atividades públicas e privadas (nos lares) e a forma como influenciam a tomada de decisões. É importante conhecer estes papéis e estruturas de governança e compreendê-los em cada contexto (por exemplo, na pesca ou na caça).
- É importante manter um equilíbrio entre a diversidade enquanto sistemas de conhecimento para a suficiência alimentar e as expectativas das empresas do sector biológico.
- Os projetos podem desempenhar um papel no reforço das comunidades para a negociação em condições de igualdade.
- Recomendação de que os processos participativos de consentimento livre, prévio e informado sejam permanentes.

Princípios do ecossistema a partir de uma abordagem biocultural

- A relevância e a aplicabilidade desta categoria de princípios são realçadas.
- Os atores do território têm valores, preocupações e interesses diferentes.
- Diferença entre novos valores de mercado: os de origem sustentável têm outros valores, o que implica mais dificuldades no mercado.
- Existe uma assimetria no acesso à informação, o que gera uma situação de desigualdade e desequilíbrio nas oportunidades e iniciativas relacionadas com a produção.
- O conceito de semente precisa de ser mais divulgado, conhecido e apropriado.
- A Amazônia apresenta desafios logísticos, como a disputa por recursos entre mercados sustentáveis e outros mercados.

Princípios de direito

- Os direitos devem ser integrais para trabalhar com todos os povos indígenas e comunidades locais, reconhecendo a ancestralidade e os povos indígenas. Há casos em que comunidades afro, camponeses e povos indígenas convergem.
- A importância do reconhecimento (propriedade) e da proteção da identidade cultural.
- É importante esclarecer a diferença entre a propriedade (posse) e a utilização dos recursos.
- Parte-se do princípio de que as populações indígenas conhecem os seus direitos, mas esse conhecimento é limitado.
- As comunidades têm direito a uma compensação pelos conhecimentos compartilhados.
- Trabalhar com as populações indígenas e as comunidades locais através de instrumentos diferenciados que incluam a interculturalidade e a equidade.
- Esta categoria de princípios é relevante em cenários de discussão nacionais porque afeta os povos indígenas e as populações locais. E em cenários internacionais: implementação do Protocolo de Nagoya, implementação da Declaração de Belém, Quadro Global Kunming-Montreal para a Diversidade Biológica, Convenção 169, entre outros.

Princípios sociais e organizacionais

- Princípios fundamentais para garantir a sustentabilidade das políticas públicas e o desenvolvimento de projetos.
- É preciso envolver os jovens para garantir a permanência da cultura. No entanto, isso é um desafio, pois muitos migram por falta de educação e trabalham nas comunidades. Se as necessidades básicas não forem atendidas, não é possível manter os jovens envolvidos nas organizações.
- A partir dos projetos é importante incluir a intenção de construir condições para que os jovens possam assumir posições de liderança no futuro. Há lugar para aqueles que continuam nas comunidades (por exemplo, no Equador há a experiência das escolas de liderança).
- As universidades locais não oferecem carreiras relevantes (por exemplo, engenharia florestal, ecologia) para que os jovens possam decidir permanecer nos seus territórios.
- Deve ser dada uma atenção especial prioritária para gerar incentivos de rendimento para a comunidade.
- A questão do gênero deve ser reforçada, procurando assegurar que as mulheres tenham um papel de liderança nos projetos.

Figura 8. Resumo das apresentações dos três temas priorizados em nível regional

Quinta-feira 16

Aprofundando os temas priorizados na conferência anual anterior:

TEMA 1: Financiamento para Restauração

Instituto de Recursos Mundiais:
Iniciativa 20x20: Proteger e restaurar

50 milhões de hectares na América Latina e no Caribe até 2030

TEMA 2: Mudança de comportamentos e colaboração transversal

A esperança é mais poderosa que o medo no incentivo à mudança de comportamento

É mudado através de:

Apelos Emocionais | Influências Sociais | Arquitetura de Decisão

TEMA 3: Bioeconomia e perspectiva local: Aliança

Norte Amazônica:
Princípios da economia local amazônica para o bem viver dos povos:

Ecológicos | Culturais | Jurídicos | Sociais e organizacionais

O papel das mulheres como transmissoras de conhecimento é muito importante

Exemplo de iniciativa:
A fazenda boa, derivada de mandioca e fibra vegetal

Farinha | FAPIMA | Pimenta | Artesanato

Projeto Regional ASL, Planejamento para 2024:
Esses temas foram identificados:

- Conectividade
- Atividades Ilícitas
- Gestão integrada de bacias hidrográficas
- Governança com ênfase na defesa ambiental
- Restauração
- Áreas protegidas
- OMEC
- Bioeconomia

6.3. Planejamento para 2024

Durante a conferência, esta sessão consistiu num exercício coletivo destinado a reunir potenciais ideias para atividades regionais a conceber e realizar durante 2024. Essas atividades responderão às necessidades e prioridades dos projetos nacionais da segunda fase do ASL. A seguinte lista de tópicos propostos pela equipe regional ASL foi baseada em discussões em conferências anteriores e reuniões do Comité de Direção do Programa (PSC):

- Áreas protegidas e outras medidas de conservação eficazes baseadas em áreas (OMEC)
- Bioeconomia
- Restauração
- Turismo sustentável
- Acordos interinstitucionais

Além disso, foram recordados os quatro temas que já tinham sido considerados prioritários em exercícios anteriores: guardas florestais, mineração ilegal e mercúrio, zonas húmidas e finanças sustentáveis.

Foram constituídos grupos de trabalho por país, que deram prioridade aos temas de trabalho com base na lista anterior e noutros temas identificados como sendo de interesse coletivo. Com base num sistema de votação, os resultados dos temas identificados para serem desenvolvidos em mesas de trabalho durante a conferência foram os seguintes:

1. Conectividade
2. Atividades ilegais (+ governança com ênfase nos defensores do ambiente)
3. Gestão integrada das bacias hidrográficas
4. Restauração
5. Áreas protegidas
6. OMEC
7. Bioeconomia

Para cada tema, foram identificadas ações específicas a nível regional (o que gostariam de aprender e trocar, como, com quem, que informação é necessária sobre o tema) e os líderes das entidades governamentais que apoiarão as discussões com a equipe regional do ASL. Estes temas orientarão as ações do projeto regional de 2024 com base nos resultados dos grupos de trabalho formados pelos governos e projetos nacionais. As reuniões dos grupos de trabalho permitirão definir detalhadamente as atividades e gerar elementos para priorizar os temas a serem desenvolvidos durante o ano. Vale ressaltar que os temas iniciados em anos anteriores terão continuidade e outros temas e atividades poderão surgir nos meses seguintes.

Temas de trabalho prioritários para 2024

1. Conectividade

- **Temas específicos a desenvolver/trocar**
 - A conectividade como componente fundamental da gestão da paisagem.
 - Abordagem de planejamento integrado com concepção ecológica, incluindo informação comunitária e serviços socioambientais.
 - Questões socioecológicas complexas entre países.
 - Estruturas de controlo das fronteiras.
 - Sistema de governança policêntrico e a vários níveis.
- **Atividades a realizar**
 - Estudos sobre a conectividade para além da ambiental, no âmbito de uma abordagem de gestão integrada da paisagem.
 - Simpósio para troca de experiências, incluindo a visão das comunidades locais.
 - Intercâmbios e formação, mesmo com países fora da Amazônia.
- **Considerações**
 - Qual será a dimensão da unidade de paisagem que será considerada para a análise?
 - As paisagens devem considerar uma dimensão política para além das dimensões económica, social, cultural e de gestão.
 - Incluir membros das comunidades, técnicos e decisores de organismos públicos de outras áreas técnicas.

2. Atividades ilegais (+ governança com ênfase nos defensores ambientais)

- **Temas específicos a desenvolver/intercâmbio e atividades a realizar**
 - Definir e classificar os crimes ambientais por país.
 - Análise da abordagem de cada país aos crimes ambientais numa perspectiva transfronteiriça, ao nível da bacia hidrográfica.
 - Ação integrada para partilhar informações sobre alertas precoces de desmatamento, dando prioridade às zonas protegidas.
 - Divulgação e comunicação dos resultados com base num sistema de acompanhamento.
- **Considerações**
 - A OTCA pode desempenhar um papel importante, através do [Observatório Regional da Amazônia](#), em questões como o tráfico de droga, a exploração mineira ilegal (rios e céu aberto), a caça ilegal, a exploração madeireira ilegal, o tráfico de seres humanos, a apropriação de terras públicas, a desmatamento, os incêndios, os assassinatos de líderes ambientais ou a deslocação de comunidades, o tráfico de flora e fauna.

3. Gestão integrada de bacias hidrográficas

- **Tópicos específicos a desenvolver/trocar**
 - A gestão dos riscos centrou-se no desenvolvimento de infraestrutura nas bacias hidrográficas.
 - Ferramentas de acompanhamento e definição de prioridades para projetos.
 - Sistemas de governança local que possam apoiar a gestão das bacias hidrográficas (potencial ligação com zonas de conservação, zonas indígenas protegidas e conservadas ou OMEC).
 - Expandir as informações relativas:
 - >> Compreender como os fluxos de água estão ligados.
 - >> Compreender como a utilização do solo afeta a bacia hidrográfica, por exemplo: minas e agricultura.
 - >> Compreender a ligação entre ameaças e fatores de mudança (causas diretas/indiretas).
 - >> Sistemas de conhecimentos tradicionais/locais como suporte para uma gestão eficaz das bacias hidrográficas: como articular os conhecimentos das comunidades locais.
- **Atividade proposta**
 - Intercâmbio de experiências.
 - Iniciativas existentes a explorar: [Iniciativa das Bacias Sagradas](#), Projeto “[Gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da bacia do Rio Amazonas considerando a variabilidade e as mudanças climáticas](#)” executado pela OTCA.

4. Restauração

- **Tópicos específicos a desenvolver/trocar**
 - Informe-se sobre os regulamentos, diretrizes e programas de restauro dos países com mais experiência.
 - Aprender sobre a defesa política para posicionar a restauração como uma prioridade do Estado.
 - Análise dos incentivos à restauração.
 - Aprenda sobre outros tópicos de restauração, não apenas ecológicos, mas também produtivos.
 - Experiências de restauração com comunidades indígenas.
 - Experiência em acordos sociais de conservação e restauração.
 - Como é que a cadeia de restaurantes está estruturada nos seus diferentes elos: estabelecer um modelo de negócio para as comunidades.
 - Promoção do investimento público na recuperação.
 - Associar o investimento privado e o dimensionamento específico para a Amazônia como mecanismo de financiamento diferenciado.
 - Acompanhamento do restauro desde a conceção: definição de indicadores, acompanhamento dos processos.

- **Atividade proposta**

- Intercâmbio de experiências em restauração com comunidades indígenas: partilhar processos de criação de pacotes tecnológicos especificamente concebidos com comunidades da Amazônia (para ver como realizaram a atividade).
- Desenvolvimento de webinars para contextualizar os temas.

5. Áreas protegidas

- **Tópicos específicos a desenvolver/trocar**

- Conhecer as diferentes categorias/sistemas de áreas protegidas.
- Conhecer as experiências de governança e gestão das áreas protegidas.
- Saiba como gerir as áreas protegidas com uma abordagem paisagística.
- Conhecer as experiências de gestão das espécies migratórias (identificar as principais espécies migratórias).
- Conhecer os mecanismos de sustentabilidade financeira.
- Conhecer diferentes instrumentos de avaliação da governança e da eficácia da gestão das áreas protegidas: Colômbia, Bolívia e Costa Rica.

- **Atividade proposta**

- Intercâmbio de experiências com a Bacia do Congo (e outras regiões) para conhecer a abordagem regional da gestão das paisagens transfronteiriças e das zonas protegidas.
- Intercâmbio de experiências para envolver as comunidades locais, indígenas e tribais na gestão e governança das áreas protegidas.
- Formação de guardas-florestais através de intercâmbios virtuais e presenciais, webinars, sistematização de experiências e outros.

6. OMEC

- **Tópicos específicos a desenvolver/trocar**

- Como é que os OMEC contribuem para a conectividade da paisagem? É importante ver outras modalidades que não sejam áreas protegidas nacionais.
- Quais são os incentivos e as regulamentações a considerar para as diferentes modalidades de conservação, como os OMEC?
- Os créditos para a biodiversidade podem ser processos que podem ser desenvolvidos como mecanismos de incentivo.

- **Atividade proposta**

- Sistematização da informação sobre o estado e as experiências bem-sucedidas que os países têm levado a cabo (webinars e estudos específicos).
- Intercâmbio de experiências entre países, não só a nível da América Latina, para reforçar as capacidades.

7. Bioeconomia

- **Tópicos específicos a desenvolver/trocar**
 - Como é que a bioeconomia pode ser trabalhada dentro de um território para proporcionar a geração de rendimentos alternativos, reduzindo as atividades ambientais ilegais na região? Por exemplo: exportação de produtos da bioeconomia, melhoria da gestão do turismo de natureza.
 - Identificação/mapeamento dos atores da bioeconomia.
 - Identificação de produtos-chave para aumentar a participação no mercado global de exportação.
 - >> Estudos de contratação
 - >> Formações
 - >> Trocas
 - >> Gestão de empresas
 - >> Experiências de sucesso
 - >> Transferência de tecnologia
 - Modelo de negócio biológico (produção e comercialização)
 - Identificação do mercado e das suas necessidades (nicho): rastreabilidade, certificação e circularidade.
 - Considerar os direitos e a distribuição dos benefícios às comunidades: salvaguardas sócio-bioculturais e ambientais.
 - Entender o funcionamento de acordos/processos entre comunidades e empresas: O Brasil tem experiências, você pode aprender com elas.
 - Identificar boas práticas de gestão, produção e comercialização (guias).
- **Atividade proposta**
 - Intercâmbio de conhecimentos: webinars, formação, cooperação, experiências bem-sucedidas.
- **Considerações**
 - Os conceitos de bioeconomia variam de país para país. O conceito pode ser muito amplo.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. Reflexões sobre cooperação e colaboração

Alberto Maurer (Diretor Executivo do Instituto Tecnológico de Produção (ITP) do Peru), convidado para a conferência, salientou o trabalho do ITP no sentido de contribuir para melhorar a produtividade, a qualidade e a rentabilidade das empresas através da investigação, do desenvolvimento ambientalmente sustentável, da inovação, da adaptação, da transformação e da transferência tecnológica. Para ele, a colaboração entre produtores, investigadores e prestadores de assistência técnica é essencial. O ITP tem uma missão alinhada com a redução da pobreza e centrada em mercados rentáveis que procuram a sustentabilidade. Mostrou a vontade do ITP em apoiar e conceber projetos que tenham um impacto positivo na natureza e partilhar a sua experiência com outros países amazônicos.

Luz Adriana Rodríguez (Coordenadora do Projeto Coração da Amazônia, Patrimônio Natural) compartilhou as suas reflexões sobre o valor de pertencer ao programa ASL, considerando que o projeto Coração da Amazônia começou de forma independente, antes da criação do programa de impacto. Isto permite contrastar e identificar os benefícios de fazer parte de uma iniciativa regional. O projeto nasceu como uma iniciativa pública em 2012, com a construção de uma proposta comum entre diferentes instituições do sistema nacional de meio ambiente, onde integraram suas diferentes competências e expertises. A partir disso e estando alinhados com os planos de trabalho das instituições públicas, criaram cenários comuns de diálogo e construção produtiva. Esse esquema de arranjo institucional participativo facilitou a permanência das instituições no território, o fortalecimento de suas capacidades em benefício do projeto e de outros em execução, e a possibilidade de alavancar mais recursos. Luz Adriana destacou a importância de ter projetos concebidos para durar a longo prazo, de modo a promover mudanças significativas que levam tempo a materializar-se. Refletiu sobre como conseguir a colaboração institucional, indicando que é importante deixar de lado as camisas institucionais e coordenar ações comuns com outros países para aprender com outros projetos. A troca de conhecimentos é importante e deve atravessar fronteiras para

apoiar e alcançar os objetivos nacionais e globais que temos. Este foi um benefício para o projeto ao se tornar parte do ASL.

7.2. Colaboração com iniciativas e instituições importantes além do ASL

Os parceiros e convidados da conferência compartilharam as suas reflexões com base no que aprenderam durante essa semana e apresentaram sugestões e ideias sobre os próximos passos e/ou formas de colaborar com o ASL com ações concretas sobre questões de interesse regional. O painel foi moderado por **Genevieve Connors** (Diretora de Prática, Meio Ambiente, Recursos Naturais e Economia Azul do Banco Mundial), que enfatizou que o programa não é uma instituição, mas sim um programa de duração finita, pelo que todos os países devem garantir que todos os tópicos discutidos durante os dias da conferência não desapareçam, mas sejam mantidos e abordados.



Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Mauro Ruffino (Coordenador Geral do Projeto Bioamazonias e do Observatório Regional do Amazonas) sublinhou que todos temos um objetivo comum e que a conferência foi um espaço para nos fortalecermos, otimizarmos os recursos e identificarmos esses objetivos comuns. Como parte das oportunidades de colaboração dentro do ASL, ele mencionou uma nova proposta não discutida para desenvolver um projeto regional de pesca e peixes migratórios. Este tópico tem importância econômica em todos os países da Amazônia, está relacionado com a segurança alimentar e é um tópico que pode integrar os diferentes tópicos que já foram discutidos na conferência. Entre alguns pontos relevantes a trabalhar no âmbito deste projeto, mencionou a importância das zonas húmidas e o impacto do mercúrio, as áreas protegidas, as áreas prioritárias para identificar as zonas de desova dos peixes, o turismo sustentável, a conectividade dos rios e das pessoas e a sua relação com a floresta, os povos indígenas, a gestão das bacias hidrográficas e a segurança alimentar.

Por outro lado, Mauro destacou a importância de dar **visibilidade aos resultados dos projetos ASL por meio do Observatório Regional da Amazônia (ORA)**. O [ORA](#) foi lançado em novembro de 2021 e é um Centro de Referência de Informação sobre a Amazônia que busca promover o fluxo e o intercâmbio de informações entre instituições, autoridades governamentais, comunidade científica, academia e sociedade civil nos Países Amazônicos da OTCA. Indicou que não pretendem que seja apenas um repositório, mas sim que funcione como uma plataforma de contribuição de conhecimento científico que contribua para os projetos do ASL e reforce a visão regional da bacia amazônica. O ORA está em constante desenvolvimento, e estão atualmente a desenvolver uma série de módulos e submódulos que permitirão analisar melhor a informação, por exemplo, em relação aos incêndios florestais, saneamento, água potável, resíduos sólidos. O desenvolvimento dos módulos depende da informação existente, para que seja sustentável ao longo do tempo, e é por vezes limitado porque há zonas muito afastadas das cidades e com menos informação. Por último, referiu que o processo de compartilhamento de informação ainda não está automatizado e, durante a conferência, ficou claro que poucos estão conscientes da sua existência e do seu potencial. Por isso, destacou que é importante trabalhar na coordenação dos países para garantir o compartilhamento de informação oficial e assim poder conhecer a situação atual da região amazônica.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Yves Lesenfants (Especialista Sênior), enfatizou que todos trabalhamos juntos pela Amazônia e, por isso, é fundamental manter uma visão geral que visualize o trabalho que está sendo feito em toda a região amazônica. Por exemplo, são 15 mil quilômetros de fronteiras internacionais onde acontecem muitas coisas que devem ser atendidas. Foi destacada o Programa [Amazônia Sempre](#) do BID, que pode ser um ponto de colaboração com o ASL, onde, por exemplo, permitiria integrar a lógica geoespacial às intervenções e visualizar os impactos dos investimentos num determinado local. Os pilares temáticos de trabalho que o programa possui são: i) combate ao desmatamento; ii) bioeconomia; iii) as pessoas; iv) infraestrutura sustentável, cidades e conectividade, agricultura; v) pecuária e floresta sustentáveis com baixa emissão de carbono.

Yves também mencionou que a inovação em instrumentos financeiros, processos e empreendimentos é importante. Atualmente, estão em curso várias iniciativas sobre questões de colaboração, como a Rede de Ministros das Finanças e do Planejamento da Amazônia, o memorando de entendimento (MOU) assinado em Belém entre o BID e o Banco Mundial e o MOU com a OTCA.

Fundação Gordon e Betty Moore

María Franco Chuaire (Oficial de programa da Iniciativa Andes - Amazônia da Fundação Moore), destacou a coesão e a co-criação que existe entre os projetos e os países e que foi evidente durante a conferência. Ao longo da semana de trabalho, constatou que existem desafios na concepção e planejamento dos projetos e manifestou especial interesse em saber mais sobre iniciativas de promoção de histórias locais. Salientou a importância de

e elevar e amplificar as histórias locais, não só a nível nacional, mas também internacional, para aumentar a visibilidade, a aplicação e a promoção.

No âmbito das oportunidades de futuras colaborações com o ASL, que serão objeto de acompanhamento, referiu quatro temas:

- **OMECs e conectividade:** ecentrou-se na componente de conservação das fontes de água doce e na ligação com as florestas.
- **Infraestruturas:**
 - >> Criação de espaços para projetos ou países para saber mais sobre o que a fundação tem feito sobre este tema.
 - >> Identificar os fatores de mudança que envolvem o sector das infraestruturas.
 - >> Compreender as ameaças que surgem com o desenvolvimento de infraestruturas que põem em risco a integridade ambiental e social das áreas protegidas.
 - >> Aprofundar a relação entre as indústrias extrativas e as infraestruturas.
- **Poluição por mercúrio devido à mineração de ouro:** Estão atualmente a trabalhar com a Amazon Alliance for Reducing the Impacts of Gold Mining ([ARAIMO](#)) para ajudar a implementar o seu roteiro e adaptar a Calculadora de Impactos da Extração Ilegal de Ouro juntamente com o gabinete do procurador-geral do Peru. Dado que o ASL já apoiou anteriormente o trabalho da Calculadora, propõe-se descobrir como prestar este apoio em conjunto.
- **Sistematizar experiências e boas práticas na região** sobre múltiplos temas que coincidam entre os programas, incluindo os mencionados nos três primeiros pontos.

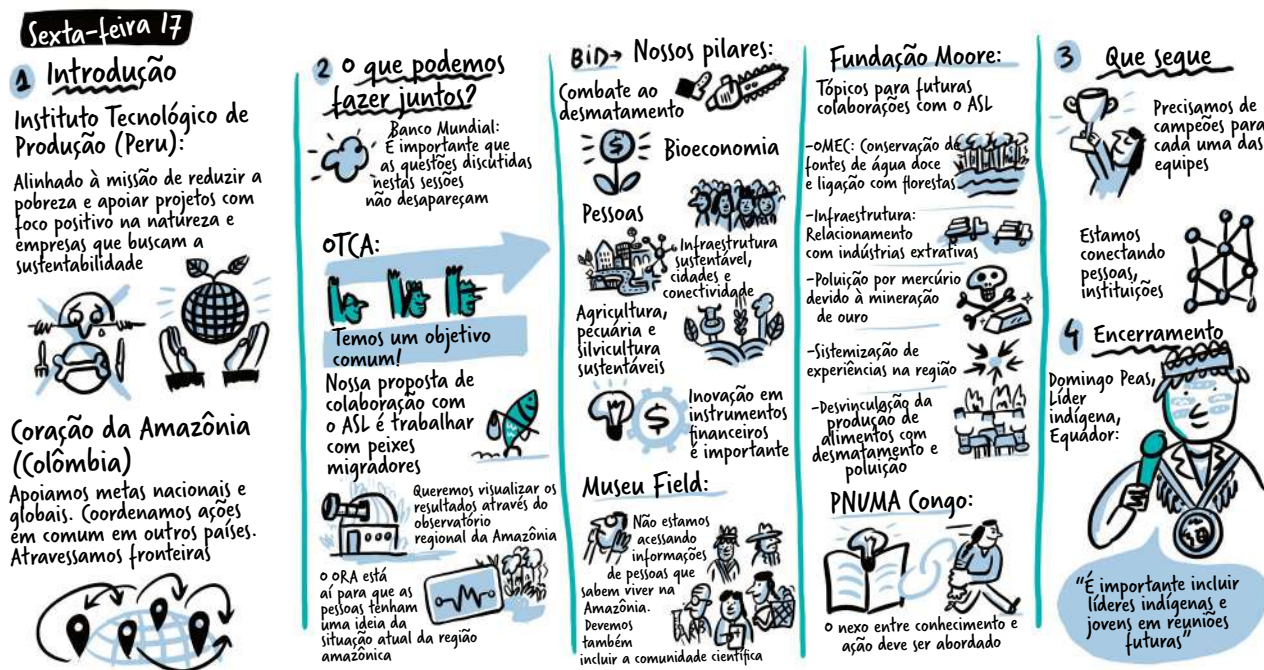
Museu Field de Chicago

Corine Vriesendorp (Diretora do Programa Andes – Amazonas), ressaltou que o ASL é uma rede de muitos governos que colaboram com organizações não governamentais nacionais e internacionais e outras agências de cooperação, e onde existe muita energia e diversidade. Mencionou que algo que não foi ouvido durante a conferência é como os cientistas podem ser envolvidos neste trabalho de uma forma que funcione para os projetos, para que a informação que é necessária possa ser fornecida: como a ciência e/ou a investigação podem desempenhar um papel. Ela indicou que é importante que os governos possam aceder à informação científica e aos conhecimentos tradicionais que estão a ser gerados e/ou resgatados. Embora existam observatórios que são muito importantes, está se perdendo uma oportunidade de incluir as pessoas que sabem viver a vida na Amazônia – povos indígenas, colonos, agricultores, comunidades religiosas – e que não estão a aceder à informação. Ela enfatizou que é necessário ser mais claro sobre quais informações são necessárias e mais úteis para o ASL e para cada tópico de trabalho, e como elas podem ser compartilhadas de forma eficiente. De um modo geral, será importante ligar a ciência local, a ciência ocidental e as necessidades de informação do ASL e dos governos.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) – Bacia do Congo

George Akwah (líder do Programa de Paisagem Sustentável da Bacia do Congo) destacou que uma das mensagens importantes da Conferência é a abordagem do nexo entre conhecimento e ação. Não se trata apenas de gerar conhecimento, mas de saber que tipo de conhecimento estamos a gerar e saber como comunicá-lo. George refletiu sobre o que se entende por paisagem e como esta deve ser abordada num programa de impacto. Uma vez que a paisagem é um conceito, é importante estabelecer e chegar a acordo sobre a definição e os limites, para identificar as áreas e as ações a ligar dentro da paisagem. Também refletiu sobre fatores que impulsionam as mudanças transformacionais e a importância de aprofundar este tópico, uma vez que é necessário gerar transformações sustentáveis ao longo do tempo para enfrentar eficazmente múltiplas crises. Por último, referiu que teria todo o gosto em continuar a participar em futuras reuniões e a colaborar.

Figura 9. Reflexões finais sobre a colaboração com a ASL



7.3. ASL como plataforma de colaboração para ações ampliadas

Ana María González Velosa compartilhou algumas reflexões finais e respondeu a questões levantadas pelos participantes. Destacou o espírito de colaboração que o ASL possui e que deve ser ampliado com ações concretas. Isso inclui instituições que trabalham dentro do bioma e outros biomas florestais no mundo. Destacou também que é preciso ter em mente a conectividade entre os Andes e a Amazônia, assim como a Amazônia e as regiões da Orinoquia, Chiquitania e Cerrado. Isso abre uma série de possibilidades de intercâmbio e alianças.

Em termos de próximos passos, a informação recolhida na conferência será consolidada para compartilhar memórias e um relatório o mais rapidamente possível, e os grupos de trabalho existentes serão reativados em 2024 e novos grupos começarão gradualmente a abordar os tópicos definidos na conferência. Para tal, a liderança e o apoio dos projetos nacionais e das agências governamentais serão fundamentais. As portas estarão abertas para outros tópicos não discutidos na conferência e onde houver interesse regional. Se os participantes estiverem interessados num tópico específico de uma organização, são convidados a contactar a equipe do ASL para organizar um workshop ou um evento de intercâmbio. No entanto, foi feito um apelo para que se mantenha o sentido da realidade e a necessidade de dar prioridade às questões, de modo a não sobrecarregar as equipes de trabalho nacionais e regionais, bem como a ter em conta os limites orçamentais.

Enfatizou que o ASL é um coletivo e que é necessário o apoio de todos os projetos para que os grupos de trabalho sirvam os seus interesses e as atividades de intercâmbio possam ser realizadas. Ela enfatizou que é importante convidar outros parceiros que possam coincidir com o que está a ser feito no programa. Gerar estes laços entre instituições é um indicador de transformação.



8. ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA

A conferência foi encerrada com mensagens de agradecimento e reflexão. O Engenheiro **Javier Sinti Flores**, Diretor Geral do Projeto Especial Huallaga Central e Bajo Mayo (representante do Governo Regional de San Martín, Peru). Como representante do país anfitrião, agradeceu a presença de instituições aliadas à conservação do meio ambiente e destacou o enfoque conservacionista do governo regional, abrindo o convite para futuros encontros. **Franz Alvaro Quispe Olivera** (Vice-Ministro do Ambiente da Bolívia), agradeceu especialmente a Pascal Martinez, Ana María González Velosa e Cecilia Guerra que facilitaram a sua participação na conferência. Manifestou a sua convicção de que as conversas que tiveram lugar na Conferência serão úteis na Bolívia para poder replicar experiências e fazer alianças. Pediu para unir forças para contribuir para os projetos financiados pelo GEF e fez um pedido para que a próxima conferência anual do ASL seja realizada na Bolívia. Por fim, **Mariela Canepa** (Vice-Ministra do Desenvolvimento Estratégico dos Recursos Naturais do Peru), refletiu sobre as três crises que o mundo enfrenta (alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição da água por resíduos sólidos), a forma como avançamos coletivamente para as enfrentar e o que falta fazer. Recomendou uma planificação que distinga objetivos a curto, médio e longo prazo, o papel da articulação para reconhecer nós mesmos novamente, e a necessidade de trabalhar nos três níveis da biodiversidade: ecossistemas, espécies e genética.

A conferência terminou com os participantes num círculo e a facilitadora, **Charo Lanao**, agradeceu a todos os participantes por terem estado presentes nas conversas e debates ao longo da conferência. Os participantes compartilharam as suas reflexões após a conferência, mencionando principalmente a gratidão, a responsabilidade e a colaboração.

Palavras finais de Domingo Peas Nampichkai

Domingo Peas (líder indígena Achuar do Equador) foi convidado a encerrar a conferência. Domingo, após algumas palavras em língua Achuar, agradeceu o convite, felicitou os resultados e enfatizou a importância de incluir os líderes indígenas e os jovens nas próximas reuniões. Os participantes na conferência são o elo entre eles e os decisores políticos, pelo que é essencial conectá-los e valorizar as suas vozes.

Anexos



ANEXO 1. LISTA DE PARTICIPANTES

	NOME	INSTITUIÇÃO
Bolívia	Eduardo Duran	Ministério do Meio Ambiente e Água
	Franz Alvaro Quispe Olivera	Ministério do Meio Ambiente e Água
	Roberto Rudy Condori Cachaca	Ministério do Planejamento do Desenvolvimento
Brasil	Carlos Eduardo Ferreira	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)
	Carlos Eduardo Marinelli	Ministério do Meio Ambiente
	Fabírcia Arruda Moreira	Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) Amazonas
	Isis Freitas	Secretaria de Biodiversidade
	Julia Zapata	Secretaria de Biodiversidade
	Luisa Rocha	Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
	Luiz Edinelson	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) Pará
	Ricardo Abreu	Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) Rondônia
	Rita Mesquita	Ministério do Meio Ambiente
	Suia Kafure da Rocha	Ministério do Meio Ambiente
	Tayna Bortoloso	Secretaria do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (SEMAPI) Acre
Colômbia	Edersson Cabrera Montenegro	Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM)
	Emilce Mora Jaime	Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
	Diana Castellanos	Parques Naturais Nacionais (PNN)
	Jaime Barrera	Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas SINCHI
	Jhon Jairo Moreno	Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Norte e do Leste da Amazônia (CDA)
	Juan Felipe Pertuz	Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
	Kimberly Morris	Parques Naturais Nacionais (PNN)
Equador	Daniel Guerra	Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica

Guiana	Mr. Colis Primo	Agência de Proteção Ambiental (EPA)
	Felicia Adams-Kellman	Agência de Proteção Ambiental (EPA)
	Ms. Odacy Davis	Comissão de Áreas Protegidas (PAC)
	Ms. Rhea Kanhai	Agência de Proteção Ambiental (EPA)
	Ms. Shuba Soamandaugh	Comissão Florestal da Guiana (GFC)
	Mr. Steven Husbands	Comissão de Áreas Protegidas (PAC)
Peru	Coral Calvo	Ministério do Meio Ambiente antigo Governo Regional de Ucayali
	Deyvis Huaman	Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado - SERNANP
	Dennis del Castillo Torres	Instituto de Pesquisa da Amazônia do Peru (IIAP)
	Juan Sivori Paredes Rios	Governo Regional de Huánuco
	Mariela Canepa	Ministério do Meio Ambiente
	Mirko Abraham Doza Saboya	Governo Regional de Loreto
	Ray Harris Del Águila Montero	Governo Regional de Loreto
	Rodrigo Garcia Sayan	Ministério do Meio Ambiente
	Ronald Acuña Sobrados	Governo Regional de Huánuco
	Vanessa Sánchez Sánchez	Instituto Tecnológico de Produção (ITP) Ministério da Produção antigo Governo Regional de Ucayali
	Walter López	Governo Regional de Junin
	Wilderson Maximo Ochoa Espejo	Governo Regional de Junin
	Zoila Inés Pando Ávila	Ministério do Meio Ambiente
Suriname	Claudine Sakimin	Ministério da Política Fundiária e Gestão Florestal
	Lavanda Koedemoesoe	Ministério da Política Fundiária e Gestão Florestal
	Prija Gangaram-Panday	Ministério do Ordenamento do Território e Ambiente
	Wanshieka Goli	Ministério do Ordenamento do Território e Ambiente
GEF	Pascal Martinez	Secretaria do GEF
Banco Mundial	Ana María Gonzalez	Banco Mundial
	Benoit Bosquet	Banco Mundial
	Bernardette Lange	Banco Mundial
	Genevieve Connors	Banco Mundial
Agências do GEF	Alexandra Fisher	PNUD
	Bryan Drakenstein	PNUD
	Cecilia Guerra	CAF
	Claudia Yep	WWF
	Gabriela Maldonado	WWF
	Isabel Filiberto	WWF

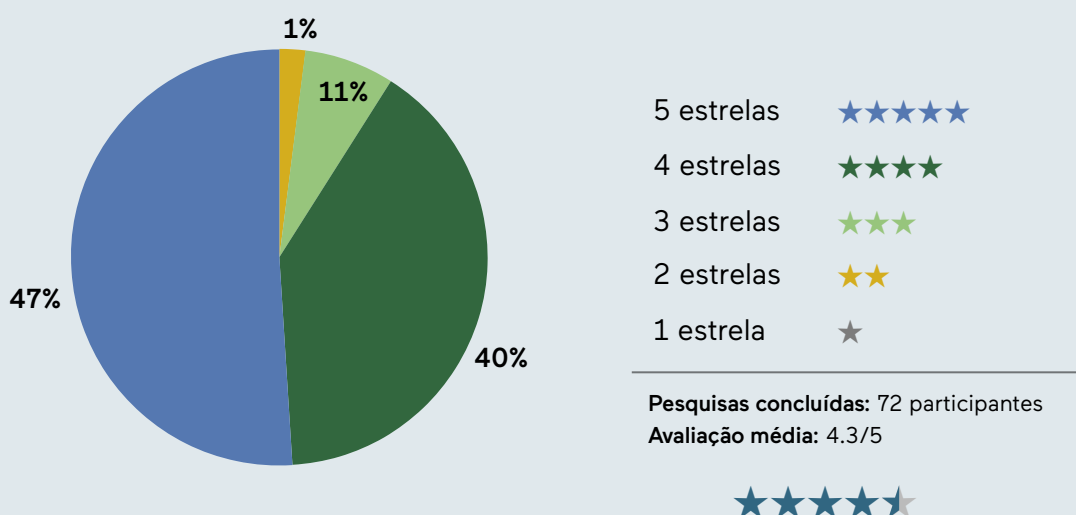
Agencias GEF	James Leslie	PNUD
	Kurt Holle	WWF
	Lorenzo Campos	FAO
	Monica Oliveros	FAO
	Nathalie Nicole Vela Knockaert	ONUDI
ASL Brasil	Fábio Ribeiro Silva	Equipe de projeto nacional - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)
	Miguel Moraes	Equipe de projeto nacional - Conservação Internacional Brasil
	Neila Cavalcante	Equipe de projeto nacional - Conservação Internacional Brasil
	Giuliano Senatore	Equipe de projeto nacional - Fundação Getulio Vargas (FGV)
Coração da Amazônia Colômbia	Arelis Arciniegas	Equipe de projeto nacional
	Luz Adriana Rodriguez	Equipe de projeto nacional
	Beatriz Gallego	Equipe de projeto nacional
Amazônia Sustentável para a Paz Colômbia	Ana Milena Duque	Equipe de projeto nacional
	Miguel Mejía	Equipe de projeto nacional
	Viviana Robayo	Equipe de projeto nacional
Conservação e Manejo Sustentável da Biodiversidade Equador	Gabriela Oñate	Equipe de projeto nacional
	Joy Woolfson	Equipe de projeto nacional
	Roberto Ulloa	Equipe de projeto nacional
Assegurando o Futuro das Áreas Naturais Protegidas do Peru	Liz Clemente	Equipe de projeto nacional
	Lorenzo Beck	Equipe de projeto nacional
	Milagros Silva	Equipe de projeto nacional
Paisagens Produtivas Sustentáveis na Amazônia Peruana	Laura Avellaneda	Equipe de projeto nacional
	Vladimir Barrantes	Equipe de projeto nacional
Construindo o Bem-estar Humano na Floresta Amazônica Peru	Anggela Michi	Equipe de projeto nacional
	David Llanos	Equipe de projeto nacional
	Jorge Elliot	Equipe de projeto nacional

Fortalecendo o Manejo de Paisagens Protegidas Suriname	Arioene Vreedzaam	Equipe de projeto nacional
	Artie Sewdien	Equipe de projeto nacional
	Vincent Esajas	Equipe de projeto nacional
Palestrantes e outros convidados	Alejandra Laina	WRI
	Ana Rosa Saenzx	ANA-IBC
	Carlos Salinas	OTCA
	Corine Vriesendorp	Museu Field de Chicago
	Domingo Peas	Representante Indígena
	Fiona Rodgeron	RARE
	George Neba Akwah	PNUMA
	Liz Chicaje	Representante Indígena
	Maria Franco Chuaire	Fundação Gordon e Betty Moore
	Mauro Ruffino	OTCA
	Natalia Ruiz	WRI
	Yves Lesenfants	BID
Equipe Regional ASL	Charo Lanao	Banco Mundial
	Daniel Sumalavia	Banco Mundial
	Federico Hahn	Banco Mundial
	Gabriela Flores	Banco Mundial
	Maria Fernanda Larrea	Banco Mundial
	Sandra Berman	Banco Mundial
	Tanya Yudelman	Banco Mundial
	Tito Cabrera	Banco Mundial

ANEXO 2. AVALIAÇÃO DA CONFERÊNCIA ANUAL

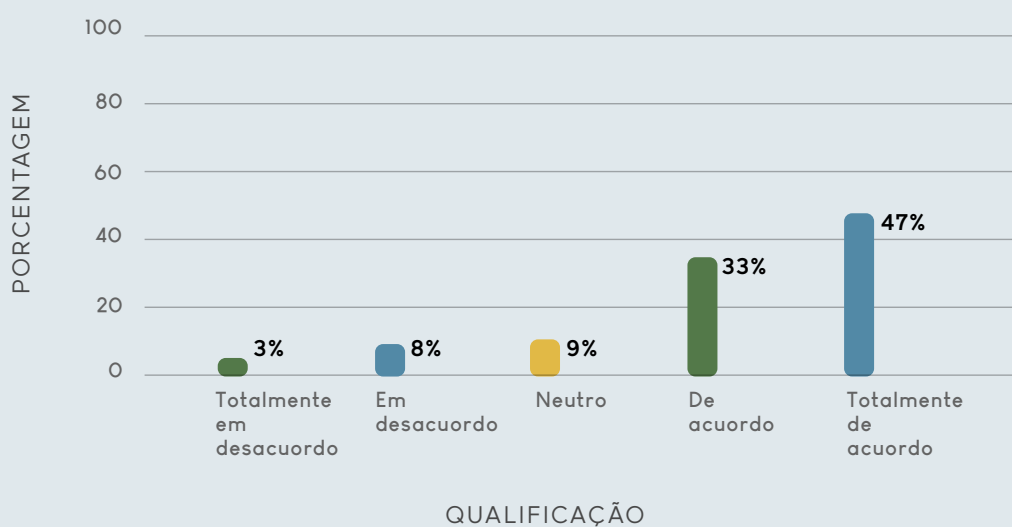
No final do evento, uma pesquisa foi compartilhada com os participantes da Conferência Anual, à qual uma média de 74 participantes responderam. Os resultados completos da pesquisa podem ser acessados no [link](#) a seguir.

Qualificação geral da Sexta Conferência Anual do ASL

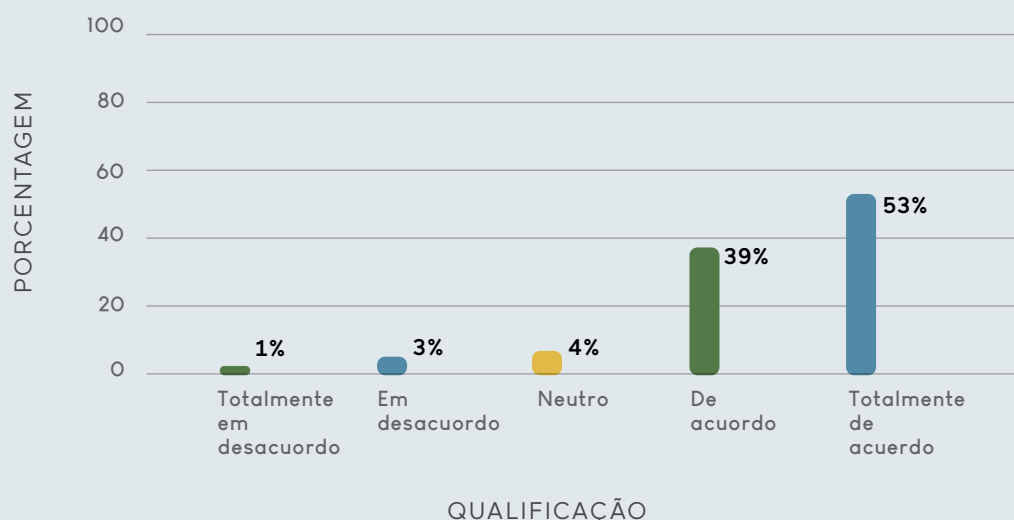


A avaliação foi classificada em 5 categorias: 5 estrelas representa a classificação mais alta; 3 estrelas representa satisfeito; 1 estrela representa classificação mais baixa.

A logística do evento foi satisfatória (registro, transporte, localização, acomodação, etc.)?



O intercâmbio foi útil para compartilhar experiências com representantes de outros países relacionadas com os projetos implementados em sua região/país?



Abaixo estão alguns dos comentários do evento:

- Foi minha primeira conferência e, mesmo sem ser fluente em espanhol e inglês, foi possível me conectar com novas pessoas e culturas.
- Excelente metodologia para cada dia do workshop. Etapa importante para a criação de redes nacionais e internacionais com objetivos comuns.
- Ótimo gerenciamento de tempo e informações. Ótima facilitação. A iluminação foi um pouco difícil para as apresentações.
- A conferência é um momento importante para interagir, conhecer, aprender e trocar informações e conhecimentos com pessoas e instituições apoiadas pelo ASL.
- Grande discussão sobre as principais questões que estão sendo abordadas em cada território.
- Os momentos de maior energia na sala ocorreram quando os grupos estavam discutindo tópicos de interesse comum. Vamos maximizar esses espaços em ocasiões futuras.
- Todos foram muito receptivos e abertos a colaborar ou compartilhar seus conhecimentos ou experiências, mesmo que houvesse uma barreira de idioma. Contribuí com ideias e soluções para os problemas que estamos enfrentando. Finalmente conheci a equipe do Banco Mundial.
- Excelente, muito conhecimento, pessoas maravilhosas, ambiente colaborativo e esperança diante dos desafios que enfrentamos no dia a dia da implementação desses projetos.
- Saber o que está acontecendo nos diferentes países facilitará novos trabalhos conjuntos.
- Esse tem sido um cenário de oportunidades, de compreensão de outras dinâmicas e contextos e de formas de abordá-los. Cada projeto e país tem propostas que, sem dúvida, podemos aplicar, adaptar e inovar.

- Tentar envolver o maior número possível de partes interessadas, além do setor ambiental.
- O microfone estava sempre disponível para dar opiniões ou fazer perguntas.
- A facilitadora da reunião foi incrível e criou um ambiente propício para aprimorar a comunidade com mais conhecimento, redes e planos para o futuro.

Que recomendações você tem para eventos futuros?

- O fato de estarmos todos alojados no mesmo local, e não dispersos, para facilitar a integração.
- Teria sido mais enriquecedor e proveitoso desenvolver a conferência em uma área associada a um dos projetos do ASL, incluindo uma visita de campo à área do ASL.
- Experiências de visita implementadas pelo ASL.
- Uma sugestão seria dedicar mais tempo às discussões, pois tivemos a sensação de ter que nos apressar para chegar a conclusões. Embora seja excelente para quebrar o gelo, os exercícios poderiam ser mais enfocados para evitar a repetição de conceitos (conexão, colaboração), talvez também baseados em exercícios anteriores com conceitos diferentes.
- Acredito que deveria haver mais tempo para compartilhar os impactos dos projetos; a ideia da feira de projetos poderia ser aplicada nas ocasiões seguintes. Seria importante convidar representantes das partes interessadas da comunidade das áreas de trabalho.
- Apresentar mais vídeos sobre a implementação do projeto.
- Acrescentar histórias de sucesso para ilustrar o que o ASL está fazendo.
- Incluir mais informações sobre (a) números consolidados regionalmente sobre onde estamos com os objetivos do ASL (área, beneficiários, % da região amazônica apoiada pelos projetos do ASL); e (b) mais informações sobre os parceiros do projeto do ASL – quem é quem.
- Um evento organizado em um local mais fresco seria muito apreciado.
- Acredito que pelo menos uma apresentação sobre gênero associada à abordagem intergeracional e dos povos indígenas deve sempre ser incorporada.

Quais são as suas sugestões de métodos para promover o compartilhamento de conhecimento entre o projeto ASL e outros projetos compartilhados na conferência?

- Seria ideal ter um facilitador nos grupos de trabalho e não apressar os exercícios. Avalie também quantas pessoas são novas e dedique um pouco mais de tempo para mostrar o que foi discutido na conferência anterior, caso contrário, as pessoas levantam as mesmas questões e oportunidades por não saberem o que foi discutido.

- Otimizar discussões específicas de grupos temáticos com base em experiências concretas.
- É importante promover exercícios de avaliação (impacto) e socialização dos projetos.
- Fornecer um documento resumido para cada país sobre as atividades que eles implementaram ou estão implementando. Os países que acabaram de ingressar ou são novos no processo ASL2 têm essa lacuna de informações.
- Compartilhar as ações realizadas pelos Estados no âmbito do projeto ASL enriqueceria a troca de experiências, em vez de apenas falar sobre seus componentes e fases.
- A comunicação entre as principais autoridades dos diferentes projetos para elaborar um caminho a seguir e o diálogo para promover a colaboração. Um grupo de trabalho também poderia ser criado para promover a colaboração.
- A variedade de palestrantes é sempre bem-vinda, não apenas em questões financeiras. A presença de povos indígenas foi excelente. Seria ideal ter convidados de instituições além do meio ambiente, caso contrário, sempre pregamos para os fiéis, mas há pouca participação de outros setores.

APOIADO POR



AGÊNCIAS GEF



AGÊNCIAS EXECUTORAS

BOLÍVIA



BRASIL



COLÔMBIA



Ambiente



EQUADOR

Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica



GUIANA



PERU



SURINAME



[WORLDBANK.ORG/ASL-PROGRAM](https://www.worldbank.org/asl-program)

PARA MAIS INFORMAÇÕES, ENTRE EM CONTATO:

ASL-INFO@WORLDBANK.ORG